

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	20
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	31
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	94
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	669.798
Preferenciais	0
Total	669.798
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.876
Preferenciais	0
Total	1.876

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2020	Dividendo	12/05/2020	Ordinária		0,17499

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	2.915.401	2.884.951
1.01	Ativo Circulante	321.999	392.670
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	190.543	108.462
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	159.067
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	159.067
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	159.067
1.01.03	Contas a Receber	90.351	81.352
1.01.03.01	Clientes	90.351	81.352
1.01.04	Estoques	19.464	19.156
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.825	3.446
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.825	3.446
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.816	21.187
1.01.08.03	Outros	16.816	21.187
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber / Propostos	0	3.632
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	16.816	17.555
1.02	Ativo Não Circulante	2.593.402	2.492.281
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	364.636	344.137
1.02.01.07	Tributos Diferidos	62.492	51.222
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.492	51.222
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	302.144	292.915
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	283.518	274.770
1.02.01.10.05	Outros Ativos	18.626	18.145
1.02.02	Investimentos	390.748	398.460
1.02.02.01	Participações Societárias	390.748	398.460
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	390.748	398.460
1.02.03	Imobilizado	87.124	87.924
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	68.534	62.513
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.590	25.411
1.02.04	Intangível	1.750.894	1.661.760
1.02.04.01	Intangíveis	1.750.894	1.661.760
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.551.178	1.474.570
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	199.716	187.190

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	2.915.401	2.884.951
2.01	Passivo Circulante	187.942	171.119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.633	26.077
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.042	5.073
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.591	21.004
2.01.02	Fornecedores	38.458	35.386
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.880	33.746
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.578	1.640
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.427	7.577
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.377	4.686
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	807	0
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	9.570	4.686
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25	55
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.025	2.836
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.266	44.749
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.172	40.104
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.172	40.104
2.01.04.02	Debêntures	3.094	4.645
2.01.05	Outras Obrigações	73.158	57.330
2.01.05.02	Outros	73.158	57.330
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18	3.665
2.01.05.02.05	Obrigações com poder concedente	72.935	53.619
2.01.05.02.06	Arrendamento mercantil	159	0
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	46	46
2.02	Passivo Não Circulante	1.402.484	1.361.448
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	335.756	315.379
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	40.000	20.039
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	40.000	20.039
2.02.01.02	Debêntures	295.756	295.340
2.02.02	Outras Obrigações	1.034.368	1.016.905
2.02.02.02	Outros	1.034.368	1.016.905
2.02.02.02.04	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	55.038	52.291
2.02.02.02.05	Fornecedores	15.021	15.021
2.02.02.02.06	Impostos sobre faturamento TRA	55.962	53.572
2.02.02.02.07	Obrigações com poder concedente	908.250	896.021
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil	97	0
2.02.04	Provisões	32.360	29.164
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.360	29.164
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.443	11.168
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	19.737	16.124
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.829	1.508
2.02.04.01.05	Provisões Outras	351	364
2.03	Patrimônio Líquido	1.324.975	1.352.384
2.03.01	Capital Social Realizado	1.081.907	1.081.907
2.03.02	Reservas de Capital	86.858	84.458
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.03.02.04	Opções Outorgadas	69.506	67.378
2.03.02.07	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	-1.545	-1.817
2.03.04	Reservas de Lucros	203.146	210.342
2.03.04.01	Reserva Legal	55.364	55.364
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	8.033
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	153.849	153.849
2.03.04.11	Recompra de ações	-6.062	-6.898
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-5	-6
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-22.613	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.323	-24.323

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	137.674	270.680	165.410	302.612
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-114.693	-224.705	-128.221	-248.736
3.03	Resultado Bruto	22.981	45.975	37.189	53.876
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.617	-47.934	-18.042	-38.643
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.011	-20.685	-8.518	-20.235
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.900	-39.353	-23.385	-40.417
3.04.02.01	Amortização de Ágio	-871	-1.743	-871	-1.743
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativa	-17.029	-37.610	-22.514	-38.674
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.744	10.130	2.305	4.439
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.205	-1.081	449	336
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.755	3.055	11.107	17.234
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.364	-1.959	19.147	15.233
3.06	Resultado Financeiro	-15.150	-31.117	-14.006	-26.025
3.06.01	Receitas Financeiras	833	1.241	7.239	15.420
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.983	-32.358	-21.245	-41.445
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.786	-33.076	5.141	-10.792
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.394	10.463	1.203	8.082
3.08.01	Corrente	-341	-807	0	0
3.08.02	Diferido	4.735	11.270	1.203	8.082
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
3.99.01.01	ON	-0,01406	-0,03386	0,00955	-0,00408
3.99.02.01	ON	-0,01398	-0,03365	0,00946	-0,00404

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.392	-22.613	6.344	-2.710

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.561	-15.757
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	68.933	63.855
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	-33.076	-10.792
6.01.01.02	Plano de Opção de Compra de Ações	2.260	1.976
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-3.055	-17.234
6.01.01.04	Variação Monetárias e Cambiais	0	-663
6.01.01.05	Depreciação e Amortização	50.492	48.213
6.01.01.06	Juros sobre Debêntures	5.390	3.700
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos Apropriados	1.325	6.274
6.01.01.09	Juros sobre Aplicações Financeiras	1.047	-2.059
6.01.01.10	Juros sobre arrendamento - Aluguéis	7	0
6.01.01.16	Constituição (reversão) da Provisão para Contingências	8.241	3.911
6.01.01.17	Baixas e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	1.244	-204
6.01.01.18	Benefício pós emprego - Planos Médicos	2.747	1.860
6.01.01.19	Provisão/Reversão para Créditos de liquidação duvidosa e Perdas de créditos incobráveis	8.926	5.583
6.01.01.20	Juros sobre obrigações com poder concedente	23.385	23.290
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.041	-14.961
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-17.925	-22.244
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-308	193
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Tributos Correntes a Recuperar	-1.379	-1.253
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-8.748	-8.929
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	258	-5.546
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Fornecedores	3.072	7.123
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais	13.556	12.572
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Impostos, Taxas e Contribuições	5.043	116
6.01.02.15	Aumento (Redução) em Impostos sobre Faturamento TRA	2.390	3.007
6.01.03	Outros	-31.331	-64.651
6.01.03.04	Baixas de Contingências com Pagamento	-5.045	-6.447
6.01.03.05	Pagamentos obrigações com poder concedente	-26.286	-58.204
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	69.207	-311.185
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/Intangível	-105.459	-55.081
6.02.02	Alienação de Imobilizado	155	266
6.02.04	Aumento de Investimentos em Controladas	-130	-375
6.02.05	Aplicações financeiras	158.020	-275.000
6.02.06	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	14.529	17.865
6.02.07	Juros sobre Empréstimos Capitalizados	2.092	1.140
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.687	246.530
6.03.01	Empréstimos Tomados	-15	294.851
6.03.02	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-38	-40.038
6.03.03	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-11.680	-2.830
6.03.04	Recebimento de Opções Exercidas	977	4.541
6.03.06	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-9.860	-9.994
6.03.12	Pagamentos arrendamento -Aluguéis	-71	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	82.081	-80.412

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.462	189.069
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	190.543	108.657

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.400	-7.196	0	0	-4.796
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.128	0	0	0	2.128
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-8.033	0	0	-8.033
5.04.10	Opções de Ações Exercidas	0	0	837	0	0	837
5.04.13	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	272	0	0	0	272
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.613	0	-22.613
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.613	0	-22.613
5.07	Saldos Finais	1.081.907	86.858	203.146	-22.613	-24.323	1.324.975

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.740	2.022	-368	0	0	4.394
5.04.01	Aumentos de Capital	2.740	0	0	0	0	2.740
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.879	0	0	0	1.879
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.123	0	0	-2.123
5.04.10	Opções de Ações Exercidas	0	0	1.755	0	0	1.755
5.04.13	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	143	0	0	0	143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.710	0	-2.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.710	0	-2.710
5.07	Saldos Finais	1.074.497	84.682	196.740	-2.710	-10.398	1.342.811

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	307.502	339.499
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	306.298	340.643
7.01.02	Outras Receitas	10.130	4.439
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.926	-5.583
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-94.302	-119.686
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-34.969	-63.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.252	-56.382
7.02.04	Outros	-1.081	336
7.03	Valor Adicionado Bruto	213.200	219.813
7.04	Retenções	-50.492	-48.213
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.492	-48.213
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	162.708	171.600
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.296	32.654
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.055	17.234
7.06.02	Receitas Financeiras	1.241	15.420
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	167.004	204.254
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	167.004	204.254
7.08.01	Pessoal	117.133	119.494
7.08.01.01	Remuneração Direta	87.214	91.445
7.08.01.02	Benefícios	24.121	22.022
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.798	6.027
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.445	44.048
7.08.02.01	Federais	22.821	27.072
7.08.02.02	Estaduais	54	55
7.08.02.03	Municipais	15.570	16.921
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.039	43.422
7.08.03.01	Juros	32.358	41.445
7.08.03.02	Aluguéis	1.681	1.977
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.613	-2.710
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.613	-2.710

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	3.254.791	3.196.122
1.01	Ativo Circulante	536.801	598.035
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	351.962	266.376
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	159.067
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	159.067
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	159.067
1.01.03	Contas a Receber	129.430	120.432
1.01.03.01	Clientes	129.430	120.432
1.01.04	Estoques	23.220	22.771
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.243	7.476
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.243	7.476
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.946	21.913
1.01.08.03	Outros	22.946	21.913
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	22.946	21.913
1.02	Ativo Não Circulante	2.717.990	2.598.087
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	395.988	376.866
1.02.01.07	Tributos Diferidos	76.104	65.637
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76.104	65.637
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	319.884	311.229
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	292.498	284.401
1.02.01.10.05	Precatórios a Receber	5.677	5.605
1.02.01.10.06	Outros Ativos	21.709	21.223
1.02.03	Imobilizado	227.158	220.055
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	206.139	189.978
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	21.019	30.077
1.02.04	Intangível	2.094.844	2.001.166
1.02.04.01	Intangíveis	2.094.844	2.001.166
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.842.824	1.764.566
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	252.020	236.600

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	3.254.791	3.196.122
2.01	Passivo Circulante	260.696	235.712
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.109	34.841
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.519	7.096
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.590	27.745
2.01.02	Fornecedores	61.574	60.834
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	59.995	59.752
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.579	1.082
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.853	13.280
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.515	8.155
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.606	628
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Federais	16.909	7.527
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	404	353
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.934	4.772
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	33.983	54.076
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.734	44.387
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.796	40.731
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.938	3.656
2.01.04.02	Debêntures	8.249	9.689
2.01.05	Outras Obrigações	89.177	72.681
2.01.05.02	Outros	89.177	72.681
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18	3.665
2.01.05.02.08	Obrigações com poder concedente	80.338	60.139
2.01.05.02.09	Arrendamento mercantil	8.775	8.830
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	46	47
2.02	Passivo Não Circulante	1.669.120	1.608.026
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	401.985	382.320
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	55.186	33.538
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	41.080	21.423
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.106	12.115
2.02.01.02	Debêntures	346.799	348.782
2.02.02	Outras Obrigações	1.219.446	1.179.715
2.02.02.02	Outros	1.219.446	1.179.715
2.02.02.02.07	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	71.492	67.593
2.02.02.02.08	Fornecedores	15.021	15.021
2.02.02.02.09	Impostos sobre faturamento TRA	55.962	53.572
2.02.02.02.10	Obrigações com poder concedente	1.035.373	1.015.847
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil	35.921	22.075
2.02.02.02.12	Outros Passivos	5.677	5.607
2.02.03	Tributos Diferidos	7.224	8.498
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.224	8.498
2.02.04	Provisões	40.465	37.493
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.465	37.493
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	16.408	17.103
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.861	18.491
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.837	1.528

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.04.01.05	Provisões Outras	359	371
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.324.975	1.352.384
2.03.01	Capital Social Realizado	1.081.907	1.081.907
2.03.02	Reservas de Capital	86.858	84.458
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	69.506	67.378
2.03.02.07	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	-1.545	-1.817
2.03.04	Reservas de Lucros	203.146	210.342
2.03.04.01	Reserva Legal	55.364	55.364
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	8.033
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	153.849	153.849
2.03.04.11	Recompra de ações	-6.062	-6.898
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-5	-6
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-22.613	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.323	-24.323

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	224.849	448.666	264.917	492.137
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-174.752	-348.791	-191.466	-372.300
3.03	Resultado Bruto	50.097	99.875	73.451	119.837
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.398	-90.697	-47.504	-93.563
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.875	-54.495	-24.203	-52.665
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.382	-46.336	-26.381	-46.569
3.04.02.01	Amortização de Ágio	-871	-1.743	-871	-1.743
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-20.511	-44.593	-25.510	-44.826
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.232	11.469	2.725	5.512
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.373	-1.335	355	159
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.699	9.178	25.947	26.274
3.06	Resultado Financeiro	-17.906	-40.351	-14.918	-27.921
3.06.01	Receitas Financeiras	1.687	3.298	8.640	18.664
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.593	-43.649	-23.558	-46.585
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-12.207	-31.173	11.029	-1.647
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.815	8.560	-4.685	-1.063
3.08.01	Corrente	-2.022	-3.181	-4.007	-6.654
3.08.02	Diferido	4.837	11.741	-678	5.591
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
3.99.01.01	ON	-0,01406	-0,03386	0,00955	-0,00408
3.99.02.01	ON	-0,01398	-0,03365	0,00946	-0,00404

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-9.392	-22.613	6.344	-2.710
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.392	-22.613	6.344	-2.710

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66.898	24.447
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	108.606	111.278
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	-31.173	-1.647
6.01.01.02	Variação Monetárias e Cambiais	5.522	-977
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	71.572	65.286
6.01.01.05	Constituição (Reversão) da Provisão para Contingências	10.017	3.215
6.01.01.06	Plano de Opção de Compra de Ações	2.260	1.976
6.01.01.07	Baixas e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	796	-204
6.01.01.08	Juros sobre Debêntures	6.703	3.700
6.01.01.09	Juros sobre Empréstimos Apropriados	1.780	6.400
6.01.01.10	Juros sobre Aplicações Financeiras	1.047	-2.059
6.01.01.17	Benefício pós emprego - Planos Médicos	3.899	2.351
6.01.01.18	Provisão/Reversão para Créditos de liquidação duvidosa e Perdas de créditos incobráveis	8.971	6.163
6.01.01.19	Juros sobre obrigações com poder concedente	26.112	26.099
6.01.01.20	Juros sobre arrendamento - Aluguéis	1.100	975
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	188	-9.535
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-17.969	-25.329
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	-449	134
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Tributos Correntes a Recuperar	-1.767	4.452
6.01.02.05	(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	-8.097	-9.213
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-1.591	-8.396
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	740	10.765
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais	17.268	13.961
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Impostos, Taxas e Contribuições	9.594	941
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Contas a Pagar	70	141
6.01.02.11	Aumento (Redução) em impostos sobre Faturamento TRA	2.390	3.007
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-1	2
6.01.03	Outros	-41.896	-77.296
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.202	-6.574
6.01.03.04	Baixas de Contingências com Pagamento	-7.045	-6.873
6.01.03.05	Pagamentos obrigações com poder concedente	-32.649	-63.849
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	51.634	-335.212
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/Intangível	-109.844	-61.950
6.02.02	Alienação de Imobilizado	1.366	275
6.02.04	Aplicações financeiras	158.020	-275.000
6.02.05	Juros sobre Empréstimos Capitalizados	2.092	1.463
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-32.946	240.352
6.03.01	Recebimento de Opção de Compra de Ações Exercidas	977	4.541
6.03.02	Empréstimos Captados	-317	294.851
6.03.03	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-4.815	-42.580
6.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-11.680	-2.830
6.03.08	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-11.393	-10.472
6.03.11	Pagamentos arrendamento - Aluguéis	-5.718	-3.158
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	85.586	-70.413

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	266.376	253.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	351.962	183.250

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384	0	1.352.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384	0	1.352.384
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.400	-7.196	0	0	-4.796	0	-4.796
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.128	0	0	0	2.128	0	2.128
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-8.033	0	0	-8.033	0	-8.033
5.04.10	Opções de Ações Exercidas	0	0	837	0	0	837	0	837
5.04.13	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	272	0	0	0	272	0	272
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.613	0	-22.613	0	-22.613
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.613	0	-22.613	0	-22.613
5.07	Saldos Finais	1.081.907	86.858	203.146	-22.613	-24.323	1.324.975	0	1.324.975

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127	0	1.341.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127	0	1.341.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.740	2.022	-368	0	0	4.394	0	4.394
5.04.01	Aumentos de Capital	2.740	0	0	0	0	2.740	0	2.740
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.879	0	0	0	1.879	0	1.879
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.123	0	0	-2.123	0	-2.123
5.04.10	Opções de Ações Exercidas	0	0	1.755	0	0	1.755	0	1.755
5.04.13	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	143	0	0	0	143	0	143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.710	0	-2.710	0	-2.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.710	0	-2.710	0	-2.710
5.07	Saldos Finais	1.074.497	84.682	196.740	-2.710	-10.398	1.342.811	0	1.342.811

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	517.488	562.181
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	514.990	562.832
7.01.02	Outras Receitas	11.469	5.512
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.971	-6.163
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-189.987	-215.706
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-71.133	-105.927
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-117.519	-109.938
7.02.04	Outros	-1.335	159
7.03	Valor Adicionado Bruto	327.501	346.475
7.04	Retenções	-71.572	-65.286
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.572	-65.286
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	255.929	281.189
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.298	18.664
7.06.02	Receitas Financeiras	3.298	18.664
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	259.227	299.853
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	259.227	299.853
7.08.01	Pessoal	161.048	162.256
7.08.01.01	Remuneração Direta	116.934	119.886
7.08.01.02	Benefícios	36.338	33.536
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.776	8.834
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	73.335	88.681
7.08.02.01	Federais	45.693	59.213
7.08.02.02	Estaduais	2.814	2.630
7.08.02.03	Municipais	24.828	26.838
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.457	51.626
7.08.03.01	Juros	43.649	46.585
7.08.03.02	Aluguéis	3.808	5.041
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.613	-2.710
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.613	-2.710

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**INDICADORES OPERACIONAIS****Consolidado**

UNIDADES	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var.%
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Operações de cais - contêineres	256.725	320.079	-19,8%	522.046	575.008	-9,2%
Contêineres Cheios	187.514	241.737	-22,4%	392.271	442.388	-11,3%
Contêineres Vazios	69.211	78.342	-11,7%	129.775	132.620	-2,1%
Operações de cais - carga geral (ton)	81.086	94.676	-14,4%	97.811	163.100	-40,0%
Operações de armazenagem	27.935	36.978	-24,5%	62.555	66.716	-6,2%
LOGÍSTICA						
Operações de armazenagem	10.220	14.715	-30,5%	22.329	27.977	-20,2%
TERMINAL DE VEÍCULOS						
Veículos movimentados	14.092	53.435	-73,6%	62.514	102.383	-38,9%
Exportação	13.581	43.978	-69,1%	50.849	87.003	-41,6%
Importação	511	9.457	-94,6%	11.665	15.380	-24,2%

Terminais Portuários

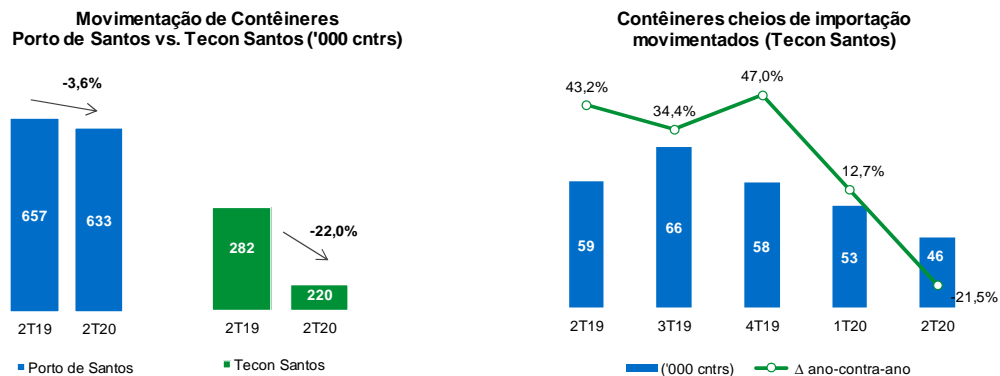
UNIDADES	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var.%
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Tecon Santos	220.362	282.496	-22,0%	454.141	501.029	-9,4%
Contêineres Cheios	166.949	220.669	-24,3%	351.648	400.278	-12,1%
Contêineres Vazios	53.413	61.827	-13,6%	102.493	100.751	1,7%
Carga Geral (ton)	-	-	-	-	-	-
Tecon Imbituba	10.789	10.313	4,6%	21.000	22.962	-8,5%
Contêineres Cheios	6.170	5.997	2,9%	12.881	13.285	-3,0%
Contêineres Vazios	4.619	4.316	7,0%	8.119	9.677	-16,1%
Carga Geral (ton)	81.086	94.676	-14,4%	97.784	163.100	-40,0%
Tecon Vila do Conde	25.574	27.270	-6,2%	46.905	51.017	-8,1%
Contêineres Cheios	14.395	15.071	-4,5%	27.742	28.825	-3,8%
Contêineres Vazios	11.179	12.199	-8,4%	19.163	22.192	-13,6%
Carga Geral (ton)	-	-	-	27	-	-

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na economia doméstica se intensificaram à partir do mês de maio e, consequentemente, impactaram o desempenho operacional das unidades de negócio da Santos Brasil no 2T20, considerando a movimentação de contêineres dos terminais, a armazenagem no Tecon Santos e nos CLIAS, bem como as atividades da Santos Brasil Logística e do Terminal de Veículos. As paradas na cadeia produtiva de diversas indústrias no País (*lockdown*) e a brusca desaceleração no consumo de bens e serviços durante a quarentena provocou um efeito negativo na cadeia logística em geral, inclusive na portuária, com a queda das importações e no transporte de cabotagem no Brasil, impactando negativamente o volume dos terminais da Companhia nos meses de maio e junho. As exportações, devido à sua pauta concentrada em commodities essenciais, manteve-se resiliente no 2T20, o que explica a menor retração no volume agregado de contêineres movimentado no Porto de Santos.

O **Tecon Santos** movimentou 220.362 contêineres no 2T20, queda de 22,0% em relação ao 2T19. Além dos impactos gerados pela pandemia na economia doméstica, principalmente nos volumes de importação e cabotagem/*feeder*, o Tecon Santos diminuiu sua exposição às exportações no 3T19, mais resilientes à crise, com a saída do *sling* de exportação do serviço da Ásia liderado pelo grupo Maersk. O volume oriundo desse *sling* no 2T19 foi de 31.472 contêineres. Com o volume movimentado no primeiro semestre de 2020, o Tecon Santos apresentou, em base anualizada, utilização de 73% de sua capacidade. A participação de mercado no Porto de Santos foi de 33,4% no 2T20 (vs. 41,3% no 2T19).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O volume de movimentação de contêineres cheios no Tecon Santos diminuiu 24,3% ano-contra-ano no 2T20, somando 166.949 unidades. Deste total, 45.977 unidades foram contêineres de importação, queda de 21,5% no trimestre em relação ao 2T19, representando uma piora no mix do terminal, onde houve um crescimento da participação dos serviços de cabotagem.

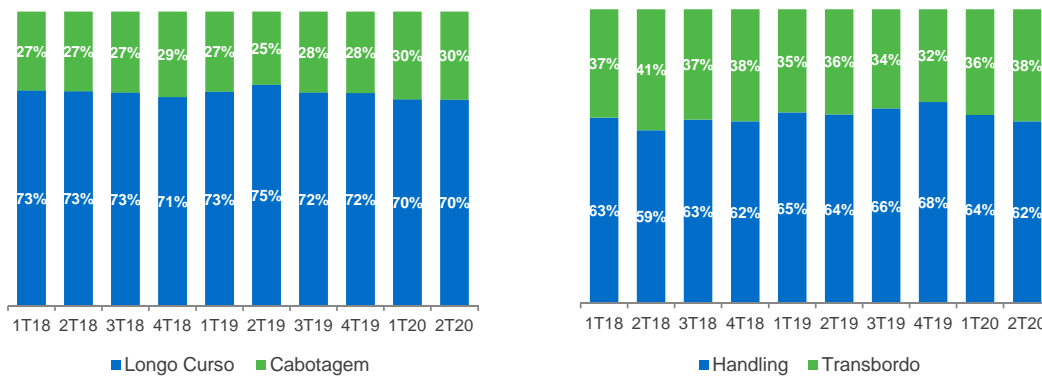


O **Tecon Imbituba** movimentou 10.789 contêineres no 2T20, volume 4,6% superior ao 2T19. As operações de cabotagem, representadas pelo serviço ALCT2, liderado pela Aliança, cresceram 6,4% ano-contra-ano e corresponderam a 98,2% do total movimentado no terminal no 2T20 (vs. 96,6% no 2T19). O aumento no volume do terminal no trimestre foi mais acentuado na movimentação de contêineres vazios (+7,0% YoY), embora a movimentação de cheios também cresceu (+2,9% vs. 2T19), com destaque para os embarques de arroz. As operações de longo curso representaram 1,8% do volume total do terminal (vs. 3,4% no 2T19), com queda de 45,6% ano-contra-ano. O Terminal de Carga Geral de Imbituba ("TCG Imbituba"), com volume movimentado de 81,1 mil toneladas no 2T20, apresentou queda de 14,4% em relação ao 2T19 devido à retração nos embarques de toras de madeira ao mercado asiático. Por outro lado, o TCG passou a operar novas cargas no 2T20, com o fechamento de contratos para embarque de celulose e alimentos transportados por *big bags* (i.e. açúcar e milho). As operações inicialmente passaram por fase de testes em maio e se intensificaram em junho, com expectativa de volumes crescentes a partir do 3T20.

No **Tecon Vila do Conde**, o volume movimentado no 2T20 foi de 25.574 contêineres, 6,2% menor que o volume do 2T19. As operações de longo curso representaram 75,5% do volume total (67,1% no 2T19) e tiveram crescimento de 5,5% ano-contra-ano. As exportações caíram 3,5%, com redução nos embarques de produtos florestais para o mercado europeu. As exportações de manganês, que apresentaram retração nos últimos trimestres, voltaram a subir, embora ainda não tenham retornado aos volumes de 2019. Outro destaque foi o crescimento das exportações de carne bovina congelada de frigoríficos localizados no Pará, impulsionado pela abertura do mercado chinês ao produto brasileiro. A movimentação de contêiner reefer, apesar da menor representatividade no volume total movimentado no Tecon Vila do Conde, possui maior valor agregado devido aos serviços adjacentes à operação (i.e. *plug-in/plug-out*, monitoramento, entre outros). Quanto ao volume de contêineres de importação, houve crescimento de 13,6% em relação ao 2T19, liderado por insumos ao setor mineral e fertilizantes (i.e. bola de moinho, lingotes de alumínio e cobre e enxofre). O volume de cabotagem caiu 30,2% no 2T20 em relação ao 2T19, reflexo da queda no consumo local devido aos impactos severos da COVID-19 na região Norte do país, consequentemente diminuindo o desembarque de produtos transportados das regiões Sul e Sudeste.

O **volume consolidado dos três terminais de contêiner** caiu 19,8% no 2T20. As operações de longo curso tiveram queda nos volumes de importação (-15,7% YoY) e exportação (-30,3% YoY) e reduziram sua participação para 70,1% no volume total de contêineres movimentados (75,1% no 2T19). As operações de cabotagem tiveram maior resiliência no 2T20 e apresentaram queda de apenas 3,4%, quando comparado ao 2T19. As operações de transbordo (longo curso + cabotagem) tiveram queda de 14,4% no trimestre, porém representaram 38,2% do volume total movimentado (vs. 35,8% no 2T19). Devido aos efeitos da pandemia, com maior impacto nas importações, houve piora no mix de contêineres cheios na comparação anual e trimestral, com o volume de cheios correspondendo a 73,0% do total movimentado no 2T20 (vs. 75,5% no 1T19 e 77,2% no 1T20). O histórico trimestral do mix de contêineres movimentados de longo curso vs. cabotagem e *handling* vs. transbordo está demonstrado nos gráficos a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O volume total de contêineres armazenados foi 24,5% menor nos terminais portuários no 2T20, decorrência dos impactos da pandemia, principalmente a diminuição da movimentação de contêineres cheios de importação no Porto de Santos. Entretanto, o índice de retenção de contêineres cheios de importação para armazenagem manteve-se em patamar elevado, de 57% (vs. 55% no 2T19 e 58% no 1T20). O *dwell time* (tempo médio de permanência de armazenagem dos contêineres cheios de importação) no Tecon Santos subiu para 12,8 dias no 2T20, comparado aos 12,0 dias do trimestre anterior e 11,7 dias no 2T19. O aumento do *dwell time* no 2T20 ocorreu por diversos fatores, destacando-se: (i) dificuldades logísticas dos clientes que tiveram suas linhas de produção paralisadas (*lockdown*) durante a fase mais aguda da quarentena no país; (ii) postergação da nacionalização da carga de modo a diminuir a pressão no capital de giro dos importadores; e (iii) alta volatilidade cambial. Com os desafios logísticos gerados pelo *lockdown*, o regime do “Despacho sobre Águas OEA”, instrumento aduaneiro que permite o registro da DI (declaração de importação) antes da descarga do contêiner no porto de destino, teve impacto nulo no *dwell time* da armazenagem de contêineres cheios de importação do Tecon Santos no 2T20, pois importadores que utilizam o regime mantiveram suas cargas armazenadas por mais tempo no pátio do terminal.

Logística

O volume de contêineres armazenados na Santos Brasil Logística foi 30,5% menor no 2T20 em relação ao 2T19, sendo a principal causa a retração no volume de contêineres importados no Porto de Santos, devido aos impactos da COVID-19. A indústria automotiva foi a que apresentou a maior retração em volume de importação, consequência das paradas nas linhas de produção e o derivado impacto nos estoques de peças e componentes. Outro setor de relevante exposição da SBLog, o químico, teve um desempenho negativo na importação de matéria prima para a indústria automotiva, porém positivo para insumos para o agronegócio. O setor de bebidas também reduziu os volumes importados, com a brusca retração no consumo em restaurantes e lojas. O varejo de alimentos (supermercados) teve bom desempenho, porém não compensou a queda de volume das demais indústrias.

Terminal de Veículos

O TEV movimentou 14.092 veículos no 2T20, volume 73,6% menor em relação ao 2T19. A desaceleração da atividade econômica decorrente da pandemia impactou a importação e a exportação de veículos no país. As exportações, que já vinham apresentando um desempenho negativo devido ao fraco mercado argentino, apresentaram queda de 69,1% ano-contra-ano. As importações de veículos foram 94,6% menores no 2T20, quando comparadas ao 2T19, com influência também da acentuada desvalorização cambial. A retração nas vendas de veículos importados reduziu o giro de veículos no pátio do TEV, provocando uma alta no *dwell time* do terminal (tempo médio de permanência dos veículos no pátio). A maior retração no volume de veículos leves fez a participação de veículos pesados na movimentação total subir para 15,8% no 2T20, de 9,4% no 2T19 e 6,8% no 1T20.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS

R\$ milhões	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS	189,4	218,7	-13,4%	369,3	400,4	-7,8%
Operações de cais	97,5	129,5	-24,7%	191,2	228,8	-16,4%
Operações de armazenagem	91,8	89,2	2,9%	178,0	171,7	3,7%
LOGÍSTICA	68,5	71,6	-4,3%	136,8	140,7	-2,8%
TERMINAL DE VEÍCULOS	7,9	19,3	-59,1%	23,2	35,0	-33,7%
Eliminações	-3,0	-2,9	3,4%	-5,4	-5,2	3,8%
Consolidado	262,8	306,7	-14,3%	523,9	570,9	-8,2%

RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS

R\$ milhões	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS	165,1	192,6	-14,3%	322,3	352,7	-8,6%
Operações de cais	87,6	116,6	-24,9%	171,6	206,2	-16,8%
Operações de armazenagem	77,6	76,0	2,1%	150,7	146,5	2,9%
LOGÍSTICA	55,8	58,4	-4,5%	111,6	114,8	-2,8%
TERMINAL DE VEÍCULOS	6,7	16,5	-59,4%	19,7	29,3	-32,8%
Eliminações	-2,8	-2,7	3,7%	-4,9	-4,7	4,3%
Consolidado	224,8	264,8	-15,1%	448,7	492,1	-8,8%

Terminais Portuários

A Santos Port Authority (ex-CODESP), a partir de agosto 2019, passou a cobrar a TUP (Tarifa de Utilização Portuária) diretamente do armador, antes faturada contra os terminais portuários. A Companhia passou a descontar o valor da TUP dos preços praticados (*box rate*), referentes à movimentação de contêineres no cais do Tecon Santos. Desta maneira, resta prejudicada a comparação entre as receitas das operações de cais do 2T20 em relação ao 2T19. Entretanto, como os custos com movimentação deixaram de contemplar os gastos com a TUP, praticamente na mesma proporção da queda ocorrida na receita, não houve impacto no lucro bruto de Terminais Portuários fruto da alteração no regime de cobrança da tarifa.

A receita líquida do Tecon Santos caiu 16,9% no 2T20 em relação ao 2T19 e representou 79% do faturamento líquido de Terminais Portuários (vs. 81% no 2T19). O Tecon Imbituba também apresentou queda na receita líquida no 2T20 - 14,5% inferior ao 2T19 -, com destaque para o menor volume do Terminal de Carga Geral. Já a receita líquida do Tecon Vila do Conde ficou praticamente estável no 2T20 (+0,9% YoY), apesar da queda de volume de 6,2% ano-contra-ano. O terminal de Vila do Conde se beneficiou pelo crescimento de 14,9% no volume de contêineres de importação e pelas operações de cargas de projeto.

Quanto às operações de armazenagem de Terminais Portuários, a receita líquida subiu 2,1% no 2T20, em relação ao 2T19, para R\$77,6 milhões, reflexo principalmente do aumento do *dwell time*, este decorrente das menores retiradas de contêineres importados por conta dos efeitos da crise, e do desembarque de cargas de projeto em Vila do Conde, que possuem alto valor agregado e cujo valor CIF é base para a cobrança da armazenagem.

Logística

Apesar da acentuada queda de volume nos CLIAS no 2T20 (-30,5% ano-contra-ano), a receita líquida da SBLog retraiu apenas 4,5% em relação ao 2T19. Os fatores que mitigaram uma queda maior da receita foram o aumento do preço médio de armazenagem, influenciado pelo maior tempo médio de permanência da carga armazenada, melhor mix de cargas com maior valor agregado e prestação de serviços logísticos adicionais (i.e. *cross-docking* e entreposto aduaneiro) para alguns clientes que contratavam apenas a armazenagem. O CLIA Guarujá passou a realizar operações de desova e armazenagem de contêineres para clientes da indústria automotiva, minimizando as dificuldades logísticas dos mesmos devido ao excesso de estoque em trânsito durante o *lockdown*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Terminal de Veículos

No 2T20, a receita líquida do TEV totalizou R\$ 6,7 milhões, 59,4% menor em relação ao 2T19. O desempenho do TEV foi diretamente impactado pelo desaquecimento das vendas de veículos no mercado doméstico e, principalmente, pela retração das exportações.

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R\$ milhões	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var.%
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Custos com movimentação	20,0	34,6	-42,2%	37,5	66,2	-43,4%
Custos com pessoal	60,4	61,5	-1,8%	118,7	121,8	-2,5%
Depreciação e amortização	27,3	23,9	14,2%	53,5	47,4	12,9%
Outros custos	23,8	22,9	3,9%	48,2	43,6	10,6%
Total	131,6	142,9	-7,9%	257,9	278,9	-7,5%
LOGÍSTICA						
Custos com movimentação	13,3	17,4	-23,6%	29,4	32,2	-8,7%
Custos com pessoal	14,2	13,7	3,6%	27,8	26,2	6,1%
Depreciação e amortização	4,1	4,1	0,0%	8,2	8,3	-1,2%
Outros custos	7,6	6,6	15,2%	14,8	12,7	16,5%
Total	39,2	41,8	-6,2%	80,3	79,4	1,1%
TERMINAL DE VEÍCULOS						
Custos com movimentação	1,6	4,6	-65,2%	5,4	8,3	-34,9%
Depreciação e amortização	4,0	3,9	2,6%	8,0	7,7	3,9%
Outros custos	1,0	0,9	11,1%	2,1	2,7	-22,2%
Total	6,7	9,4	-28,7%	15,6	18,6	-16,1%
Eliminações	-2,8	-2,7	3,7%	-4,9	-4,7	4,3%
Consolidado	174,8	191,5	-8,7%	348,8	372,3	-6,3%

Terminais Portuários

A partir de agosto de 2019, a cobrança da TUP (Tarifa de Utilização Portuária) passou a ser faturada pela Santos Port Authority (ex-CODESP) diretamente dos armadores, portanto, a comparação entre os custos variáveis do 2T20 em relação ao 2T19 se torna prejudicada. Apesar da distorção na comparação dos custos variáveis, ressalta-se que a Companhia adotou medidas de redução de custos para mitigar os impactos da pandemia da COVID-19, entre elas a otimização das revisões preventivas dos equipamentos, em função do menor volume em relação ao projetado, e aumento da eficiência operacional para redução do consumo de combustível.

Os custos com pessoal apresentaram queda de 1,8% em comparação com o 2T19 (-2,5% no 6M20 em relação ao 6M19), refletindo esforços para mitigar os impactos da pandemia do COVID-19. Uma das ações tomadas foi a utilização da Lei 14.020/2020 na redução temporária de jornada/salário e suspensão de contratos de trabalho.

Quanto aos demais custos operacionais, houve aumento nos gastos com TI e gastos com EPs (Equipamento de Proteção Individual). O aumento no custo de depreciação ocorreu devido à baixa contábil de um RTG no Tecon Santos.

Logística

No 2T20, os custos variáveis com movimentação caíram 23,6% devido a menores gastos com frete, combustível e serviços de captação de contêineres, este afetado pelo menor volume de contêineres importados no Porto de Santos. Os custos com pessoal subiram 3,6% no 2T20 em relação ao ano anterior, explicado por maiores gastos com processos trabalhistas e salários. Quanto aos "outros custos", a diferença em relação ao 2T19 refere-se ao aumento de gastos com serviços compartilhados e serviços de terceiros (consultoria de TI, recrutamento e seleção e vigilância).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Terminal de Veículos

Os custos variáveis do TEV no 2T20 diminuíram 65,2% em relação ao 2T19 devido à menor movimentação de veículos no trimestre, resultado dos impactos da COVID-19 na economia doméstica e nas exportações de veículos para o mercado argentino.

DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ milhões	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var.%
TERMINAIS PORTUÁRIOS						
Vendas	10,2	9,0	13,3%	21,3	21,1	0,9%
Gerais, administrativas e outras	4,8	12,9	-62,8%	9,4	17,4	-46,0%
Depreciação e amortização	0,1	-	-	0,1	0,1	-
Total	15,1	21,9	-31,1%	30,8	38,6	-20,2%
LOGÍSTICA						
Vendas	16,2	14,4	12,5%	31,8	30,1	5,6%
Gerais, administrativas e outras	1,6	1,3	23,1%	3,0	3,0	0,0%
Depreciação e amortização	-	-	-	-	-	-
Total	17,8	15,7	13,4%	34,8	33,1	5,1%
TERMINAL DE VEÍCULOS						
Vendas	0,4	0,8	-50,0%	1,4	1,4	0,0%
Gerais, administrativas e outras	0,2	0,1	100,0%	0,4	0,3	33,3%
Depreciação e amortização	-	-	-	-	-	-
Total	0,6	0,9	-33,3%	1,8	1,7	5,9%
CORPORATIVO						
Gerais e administrativas	9,9	8,0	23,8%	21,6	18,3	18,0%
Depreciação e amortização	0,9	0,9	0,0%	1,8	1,8	0,0%
Total	10,8	8,9	21,3%	23,4	20,1	16,4%
Consolidado	44,3	47,4	-6,5%	90,8	93,5	-2,9%

Terminais Portuários

No 2T20, as despesas com vendas apresentaram aumento de 13,3% na comparação ano-contra-ano devido à maior provisão de devedores duvidosos. As despesas gerais e administrativas apresentaram queda acentuada de 62,8% decorrente de menores gastos com folha de pagamentos, com serviços de consultoria e assessoria e de efeito positivo de reembolso de seguro referente ao sinistro de um RTG no Tecon Santos.

Logística

As despesas com vendas apresentaram aumento de 12,5% no 2T20, decorrência de maiores gastos com comissões comerciais. As despesas gerais e administrativas também registraram crescimento (23,1%), decorrência de maiores despesas com pessoal e serviços compartilhados. Houve também o impacto positivo de uma receita não recorrente líquida de R\$0,2 milhão referente à venda de veículos em desuso.

Terminal de Veículos

No 2T20, as despesas operacionais do TEV caíram 33,3% em relação ao 2T19 devido ao menor volume de veículos importados e exportados movimentados no terminal, que provocaram queda nas despesas com comissão de vendas.

Corporativo

As despesas gerais e administrativas subiram 23,8% em relação ao 2T19 devido a maiores gastos com pessoal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ milhões	2T20	Margem %	2T19	Margem %	% Var.
Terminais Portuários	45,8	27,7%	51,7	26,9%	-11,4%
Logística	2,9	5,2%	5,0	8,6%	-42,6%
Terminal de Veículos	3,4	50,7%	10,0	60,6%	-66,1%
Corporativo	-9,9	-	-8,0	-	23,3%
Consolidado	42,2	18,8%	58,7	22,2%	-28,1%
<i>Itens não recorrentes</i>	-0,4		7,7		-
Consolidado recorrente	41,8	18,6%	66,4	25,1%	-37,0%

R\$ milhões	6M20	Margem %	6M19	Margem %	% Var.
Terminais Portuários	87,2	27,1%	82,6	23,4%	5,6%
Logística	4,8	4,3%	10,6	9,2%	-55,1%
Terminal de Veículos	10,3	52,5%	16,6	56,6%	-37,8%
Corporativo	-21,6	-	-18,3	-	17,9%
Consolidado	80,7	18,0%	91,6	18,6%	-11,8%
<i>Itens não recorrentes</i>	-2,6		11,4		-
Consolidado recorrente	78,2	17,4%	103,0	20,9%	-24,1%

No 2T20, o EBITDA totalizou R\$42,2 milhões, queda de 28,1% ano-contra-ano, com margem de 18,8%. No trimestre, a Companhia incorreu em itens não recorrentes no montante líquido de R\$0,4 milhão, que afetou positivamente o resultado. As receitas extraordinárias somaram R\$0,7 milhão, representadas pelos seguintes eventos: (i) venda de semi-reboques em desuso; e (iii) como no trimestre anterior, variação cambial sobre o valor de reembolso relacionado ao acordo judicial com a fabricante chinesa de guindastes Zhenhua. O efeito negativo não recorrente somou R\$0,3 milhão e referiu-se à baixa contábil dos veículos vendidos. Desconsiderando os itens não recorrentes, o EBITDA realizado recorrente do 2T20 foi de R\$41,8 milhões, com margem de 18,6%.

Terminais Portuários

O EBITDA recorrente do segmento de Terminais Portuários foi de R\$45,7 milhões no 2T20 (queda de 21,3% ano-contra-ano), com margem de 27,7%. A queda nos volumes de cais e armazenagem no Tecon Santos e a piora no mix de importação foram os principais responsáveis pela queda do EBITDA recorrente no trimestre.

Logística

O EBITDA da Santos Brasil Logística, expurgando os itens não recorrentes, somou R\$2,7 milhões no 2T20 (vs. R\$6,4 milhões no 2T19), com margem de 4,8%. O resultado da Logística foi impactado principalmente pela queda no volume de armazenagem, decorrente da queda das importações no Porto de Santos.

Terminal de Veículos

No 2T20, o EBITDA do TEV totalizou R\$3,4 milhões (queda de 66,1% ano-contra-ano), com margem de 50,7%. As principais variáveis que impactaram o resultado operacional do TEV foram o menor volume de exportação para o mercado argentino e a forte queda da importação devido ao enfraquecimento da economia doméstica.

Corporativo

Representado por despesas corporativas, o EBITDA corporativo do 2T20 foi de R\$9,9 milhões negativos, 23,3% maior em relação ao 2T19, devido a maiores gastos com pessoal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**LUCRO LÍQUIDO**

R\$ milhões	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
EBITDA	42,2	58,7	-28,1%	80,7	91,6	-11,9%
Depreciação e Amortização	36,5	32,8	11,3%	71,6	65,3	9,6%
EBIT	5,7	25,9	-78,0%	9,1	26,3	-65,4%
Resultado Financeiro	-17,9	-14,9	-20,1%	-40,3	-27,9	-44,4%
IRPJ / CSLL	2,8	-4,7	159,6%	8,5	-1,1	872,7%
Lucro Líquido	-9,4	6,3	-249,2%	-22,7	-2,7	-740,7%

A Companhia apurou prejuízo líquido de R\$9,4 milhões no 2T20, comparado ao lucro líquido de R\$6,3 milhões no 2T19.

DÍVIDA E DISPONIBILIDADES

R\$ milhões	Moeda	30/06/2020	30/06/2019	Var. %
Curto Prazo	Nacional	29,0	94,7	-69,4%
	Estrangeira	4,9	34,5	-85,8%
Longo Prazo	Nacional	387,9	337,6	14,9%
	Estrangeira	14,1	13,3	6,0%
Endividamento Total		435,9	480,1	-9,2%
Caixa e aplicações financeiras		352,0	460,3	-23,5%
Dívida Líquida		83,9	19,8	323,7%
Dívida Líquida / EBITDA pró-forma UDM*		0,78x	0,17x	

* Últimos 12 meses

A Companhia encerrou o 2T20 com caixa e aplicações financeiras no montante de R\$352,0 milhões, dívida líquida de R\$83,9 milhões e índice de alavancagem de 0,78 vezes a dívida líquida/EBITDA pró-forma (considerando os custos de arrendamento e aluguel) dos últimos 12 meses.

Notas Explicativas

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	30.06.2020	31.12.2019
Controladas diretas:		
Numeral 80 Participações S.A. (“Numeral 80”) *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (“Pará Empreendimentos”) **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. (“Santos Brasil Logística”)	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. (“TPV”)	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. (“Terminal de Veículos/TEV”)	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Tecon Vila do Conde”)	100	100

* Companhia dormente;

** Holding.

Exploração de área no cais do Saboó

Em 19 de novembro de 2019, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado que no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 para explorar provisoriamente três áreas no cais do Saboó, na margem direita do Porto de Santos – a sua oferta final pela Área 2 foi considerada a mais vantajosa para o Porto de Santos e, portanto, a melhor classificada.

Em 15 de maio de 2020, foi celebrado o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/09.2020 entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. - Santos Port Authority – SPA e a Companhia, que tem como objeto o arrendamento para exploração transitória de uma área de 42.000 m², pelo prazo de 180 dias, onde a Companhia movimentará carga geral (containerizada ou não de celulose e veículos), reforçando a sua participação no Porto de Santos e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes, também na margem direita do porto.

Notas Explicativas

Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração transitória da área do Saboó:

O Terminal do Saboó tem o compromisso de uma movimentação mínima mensal de 47.000 toneladas de celulose e de 1.000 unidades de veículos durante a vigência do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16.

Coronavírus (COVID-19)

Ao longo dos últimos meses, a Companhia tomou uma série de medidas, em diversas esferas, para enfrentar os efeitos da COVID-19, sendo a preservação da saúde dos seus funcionários e demais *stakeholders* a mais importante. As ações e decisões estratégicas já tomadas e aquelas em curso suplantam o objetivo de mitigar os impactos causados pela pandemia no âmbito operacional e financeiro, buscando também combater e minimizar seus efeitos nas pessoas com quem a Companhia se relaciona, incluindo funcionários, clientes, fornecedores e demais parceiros.

Internamente, as principais ações tomadas pela Companhia envolvendo seus funcionários foram: (i) entrega de kits de higiene e EPIs para operadores no início e fim da jornada de trabalho, acompanhado de campanhas de conscientização e monitoramento; (ii) suspensão de viagens, visitas externas, eventos corporativos e treinamentos presenciais; e (iii) isolamento de grupos de risco e funcionários administrativos em home office (>400 funcionários).

Na relação com os clientes da Companhia, foram implementadas as seguintes medidas: (i) Plano de Continuidade de Negócios - PCN; (ii) manutenção de uma elevada produtividade com todas as medidas de prevenção nas unidades de negócio (i.e. MPH >100 - movimentação por hora na operação de cais do Tecon Santos); e (iii) controle de acesso com utilização de termômetro infravermelho para verificação de temperatura corporal e entrega de kits de higiene aos tripulantes.

As ações de prevenção e auxílio foram estendidas também às comunidades nas quais as operações da Santos Brasil estão inseridas, sendo as principais: (i) apoio no transporte de doações para hospitais e institutos sociais nas cidades de Santos e Guarujá; (ii) doação de garrafas de água mineral, termômetros e kits de higiene para instituições; e (iii) aprovação para a doação de EPIs para hospital no Guarujá.

No que tange as ações diretamente relacionadas aos negócios da Companhia, a Administração iniciou frentes de trabalho com o objetivo de buscar novas fontes de receita, controlar e reduzir custos e despesas e revisitar o plano de investimentos, priorizando a continuidade dos projetos estratégicos. Na receita, a busca é pela diversificação do negócio e aumento no *share-of-wallet* na cadeia de valor dos clientes, através das seguintes ações comerciais: (i) aumento de atividades de DEPOT (serviço de reparos e manutenção de contêineres) para clientes armadores no Tecon Santos e Tecon Vila do Conde, (ii) captação de novas cargas no Terminal de Carga Geral de Imbituba; (iii) novos contratos nas operações logísticas dos CLIAS e do Centro de Distribuição de São Bernardo do Campo; (iv) captação de carga de projeto no Tecon Vila do Conde; e (v) captação de novos volumes no TEV – Terminal de Veículos.

Notas Explicativas

Quanto às ações para redução de custos e despesas, com a premissa de aumentar a eficiência operacional e administrativa, a Companhia estima obter economias através das seguintes medidas e resultados: (i) renegociação e revisão de escopo de contratos com fornecedores; (ii) corte de despesas administrativas com viagens, ocupação de espaço, marketing entre outros; (iii) redução temporária de jornada/salário e suspensão de contrato de trabalho (Lei nº 14.020/2020); (iv) automação plena dos *gates* de entrada do Tecon Santos, em fase de homologação pela Receita Federal; (v) queda do consumo de combustível devido ao aumento da eficiência operacional, somada à queda do preço do insumo; (vi) otimização das revisões preventivas dos equipamentos em função da desaceleração dos volumes operados; e (vii) queda dos custos variáveis devido ao menor volume operado (i.e. energia elétrica, despesas de agenciamento, mão-de-obra avulsa e transporte-carreto).

A preservação e fortalecimento do caixa (R\$351,9 milhões em 30 de junho de 2020) foi o principal foco das ações realizadas, com a gestão do capital de giro através do aumento do prazo médio de pagamento, controle dos recebimentos da inadimplência e redução de estoques (i.e. peças de reposição de equipamentos), bem como o diferimento e suspensão de tributos e a substituição de depósitos judiciais por outras garantias.

Desta maneira, em que pese às incertezas e dificuldades em projetar o futuro próximo, a Administração continua avaliando de forma constante e tempestiva o impacto do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, tomando ações e medidas que busquem assegurar a continuidade de suas operações, zelando pela segurança, saúde e integridade de seus funcionários e demais *stakeholders*. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as operações da Companhia e de suas controladas seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

Durante o período findo em 30 de junho de 2020, não ocorreram mudanças no contexto operacional nem nos compromissos assumidos pela Companhia e por suas controladas, em relação às informações divulgadas nas demonstrações contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pela inclusão no contexto e nos compromissos da Companhia em relação à exploração transitória da área do Saboó.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As presentes informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 05 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

Não houve mudança na base de mensuração, na moeda funcional e de apresentação nem no uso de estimativas e julgamentos, em comparação com aquela apresentada nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgadas em 05 de março de 2020.

Assim, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis daquele exercício.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Durante o período findo em 30 de junho de 2020, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis aplicadas pela Companhia e por suas controladas, conforme detalhado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, exceto pela Deliberação CVM nº 859 publicada em 07 de julho de 2020 que aprovou a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16 que estabelece alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

A deliberação entrou em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020, e àqueles cujas demonstrações financeiras não tenham sido autorizadas para divulgação na data de publicação desta Deliberação.

A Companhia e suas controladas concluíram que a revisão da norma não apresenta impacto nas demonstrações contábeis intermediárias.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber – controladora

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Controladas diretas:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	-	1.322
Terminal de Veículos de Santos S.A.	-	2.310
	<u>-</u>	<u>3.632</u>

b) Outros saldos relevantes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado (*)</u>	
	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	357	428	1.951	1.258
Contas correntes (II)	1.159	1.035	1.159	1.035
	<u>1.516</u>	<u>1.463</u>	<u>3.110</u>	<u>2.293</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado (*)	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Passivo circulante:				
Fornecedores	1.594	830	1.951	1.258
Contas correntes (II)	-	-	1.159	1.035
	<u>1.594</u>	<u>830</u>	<u>3.110</u>	<u>2.293</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 4.c);
- (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas. Estão sendo apresentados como “outras contas a receber”.

c) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a junho de 2020, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$387 (R\$745 em 30 de junho de 2019), referente a 1.484 contêineres movimentados (3.112 contêineres em 30 de junho de 2019); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$412 (R\$450 em 30 de junho de 2019), referente a 4.154 contêineres (4.542 contêineres em 30 de junho de 2019); (iii) monitoramento *reefers*, no montante de R\$2 (R\$20 em 30 de junho de 2019), referente a 6 contêineres (35 contêineres em 30 de junho de 2019); e (iv) conexão e desconexão de contêineres *reefers*, no montante de R\$1.

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$4.610 (R\$3.898 em 30 de junho de 2019), referente a 5.397 contêineres (4.515 contêineres em 30 de junho de 2019); (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$21 (R\$30 em 30 de junho de 2019), referente a 789 contêineres (1.132 contêineres em 30 de junho de 2019). Em 30 de junho de 2019, além desses serviços tínhamos outros, no montante de R\$7.

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora			
	30.06.2020		30.06.2019	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	918	4.912	918	6.581
Outros benefícios	-	215	-	278
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	2.260	-	1.975
Total	<u>918</u>	<u>7.387</u>	<u>918</u>	<u>8.834</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30.06.2020		30.06.2019	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	929	5.039	929	6.827
Outros benefícios	-	215	-	278
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	2.260	-	1.975
Total	929	7.514	929	9.080

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,45% das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 30 de junho de 2020, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$26.946 (R\$25.729 em 30 de junho de 2019), correspondentes a 6,01% e 5,23% da receita líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 30 de junho de 2020, a Companhia e as demais controladas, tinham provisionado o montante de R\$4.121 (R\$2.552 em 30 de junho de 2019). Em 31 de dezembro de 2019, apenas a controlada Santos Brasil Logística tinha o montante de R\$164 provisionado por ter atingido as metas e/ou critérios para provisão para plano de participação nos resultados.

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Aval da aquisição de carretas, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.227;
- Aval da aquisição de caminhões, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.482;
- Devedor solidário da aquisição de guindaste, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 3.635, equivalente a R\$22.369;

Notas Explicativas

- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 678, equivalente a R\$4.174;
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 271, equivalente a R\$1.668.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS E NATUREZA DAS APLICAÇÕES

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e saldo em bancos	4.672	2.550	14.636	5.991
Aplicações financeiras	185.871	105.912	337.326	260.385
Total	<u>190.543</u>	<u>108.462</u>	<u>351.962</u>	<u>266.376</u>

b) Outras aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Aplicações financeiras	-	159.067	-	159.067

c) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Controladora	
			30.06.2020	31.12.2019
Fundos de investimento (*)	(35,07)	Indeterminado	-	264.979
Cédula de depósito bancário - CDB	101,71	13.05.2025	185.871	-
			<u>185.871</u>	<u>264.979</u>

(*) Fundo não exclusivo

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			30.06.2020	31.12.2019
Fundos de investimento (*)	1,64	Indeterminado	-	419.452
Cédula de depósito bancário - CDB	102,03	13.05.2025	337.326	-
			<u>337.326</u>	<u>419.452</u>

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo, consideradas como equivalentes de caixa possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a junho de 2020 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Em meio às incertezas causadas pela disseminação do Covid-19, os impactos econômicos globais estão gerando muita volatilidade no mercado, impactando o desempenho dos ativos de crédito privado no mercado local.

A aversão a risco em torno desse evento tem causado abertura de spreads no mercado, que combinada com uma baixa liquidez no mercado secundário, trouxe marcações negativas aos fundos de crédito. Até mesmo os Fundos Referenciados DI com crédito privado, indicados para clientes com perfil conservador, tiveram fortes impactos em suas cotas e rentabilidades.

Com o objetivo de minimizar esses impactos, no início de abril a Companhia migrou os recursos alocados em fundos de investimento para Certificado de Depósito Bancário - CDB.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019
No País	101.318	90.739
A Faturar	2.938	3.112
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.b))	357	428
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(14.262)	(12.927)
Total	<u>90.351</u>	<u>81.352</u>
	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
No País	140.081	129.694
A Faturar	4.802	5.072
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(15.453)	(14.334)
Total	<u>129.430</u>	<u>120.432</u>

Em 30 de junho de 2020, três clientes possuem saldo entre 12% e 6% cada um.

Em 30 de junho de 2020, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$1.951 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2019), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 4.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

Notas Explicativas

	Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019
Créditos a vencer	47.693	45.692
Créditos em atraso até 60 dias	31.456	22.629
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	4.503	6.231
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	7.551	9.971
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	9.001	5.607
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.409	4.149
Total	<u>104.613</u>	<u>94.279</u>

	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Créditos a vencer	80.715	75.492
Créditos em atraso até 60 dias	35.994	29.523
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	4.698	7.098
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	8.187	11.165
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	9.485	5.899
Créditos em atraso há mais de 361 dias	5.804	5.589
Total	<u>144.883</u>	<u>134.766</u>

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado na controladora e no consolidado.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2019	12.927	14.334
Adições, líquida de reversões	8.926	8.971
Baixas	(7.591)	(7.852)
Saldo em 30.06.2020	<u>14.262</u>	<u>15.453</u>

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018	14.347	15.976
Adições, líquida de reversões	13.705	14.986
Baixas	(15.125)	(16.628)
Saldo em 31.12.2019	<u>12.927</u>	<u>14.334</u>

Notas Explicativas

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Material de manutenção	18.069	17.724	21.328	20.839
Material administrativo	314	308	443	418
Material de segurança	241	271	429	470
Outros	840	853	1.020	1.044
	<u>19.464</u>	<u>19.156</u>	<u>23.220</u>	<u>22.771</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

8. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	30.06.2020	31.12.2019
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>5.677</u>	<u>5.605</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>4.542</u>	<u>4.484</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 30 de junho de 2020 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No período findo em 30 de junho de 2020, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

9. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.747	3.395
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	937	47
Outros	141	4
Total do circulante	<u>4.825</u>	<u>3.446</u>

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.894	3.492
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.100	910
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	982	969
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.892	1.850
Outros	375	255
Total do circulante	<u>9.243</u>	<u>7.476</u>

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$3.894 (R\$3.492 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras de anos anteriores da Companhia.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$2.100 (R\$910 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, principalmente a antecipações nas apurações mensais da Companhia e da sua controlada Terminal de Veículos/TEV. Tais créditos serão compensados nas apurações dos exercícios futuros.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$1.892 (R\$1.850 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, principalmente, à controlada Tecon Vila do Conde, que impetrou mandado de segurança no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

Os créditos consolidados de FUNDAF, no montante de R\$982 (R\$969 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, a recolhimento indevido na controlada Tecon Vila do Conde, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017.

10. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA**a) Composição dos saldos**

	30.06.2020	31.12.2019
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	<u>390.748</u>	<u>398.460</u>

Notas Explicativas**b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2019**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34	94.206	135.749	168.264	398.460
Aporte de capital	100	30	-	-	-	130
Equivalência patrimonial	(66)	(17)	5.642	(2.923)	419	3.055
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2020 ^(*)	-	-	(3.966)	-	(6.931)	(10.897)
Saldo em 30 de junho de 2020	241	47	95.882	132.826	161.752	390.748

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2018

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142	22	70.112	147.428	166.986	384.690
Aporte de capital	200	40	135	-	-	375
Equivalência patrimonial	(135)	(28)	26.246	(991)	9.727	34.819
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2019 ^(*)	-	-	-	(7.302)	(6.097)	(13.399)
Dividendos mínimos obrigatórios ^(*)	-	-	(1.322)	-	(2.310)	(3.632)
Passivo atuarial – Assistência Médica Complementar	-	-	(965)	(3.386)	(42)	(4.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34	94.206	135.749	168.264	398.460

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

d) Informações das controladas - posição em 30 de junho de 2020

	Numeral 80 Participações S.A. ^(a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. ^(a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.430	490	84.484	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	986.986	490.000	84.484.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	443.014	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro líquido do período	(66)	(17)	5.642	(2.923)	419
Patrimônio líquido	241	47	95.882	132.826	161.752
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	241	47	95.882	132.826	161.752
Ativo circulante	238	47	118.559	59.705	39.363
Ativo não circulante	6	-	95.299	182.154	237.877
Total do ativo	244	47	213.858	241.859	277.240
Passivo circulante	3	-	26.799	39.966	9.096
Passivo não circulante	-	-	91.177	69.067	106.392
Total do passivo	3	-	117.976	109.033	115.488
Receita líquida	-	-	51.636	111.608	19.674
(Prejuízo) lucro líquido do período	(66)	(17)	5.642	(2.923)	419

(a) Companhia com atividade operacional paralisada.

Notas Explicativas
11. IMOBILIZADO

Controladora

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	9,5	8,6	-	20	-	10	10	20	1,7	-	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	43	13.036	28.503	3.264	39.943	7.415	1.640	89	1.893	-	21	95.847
Movimentações												
Aquisições / transferências	-	876	19.926	258	-	166	103	455	-	-	96	21.880
Baixas	-	(75)	-	(1)	-	(1)	(2)	-	-	-	-	(79)
Reclassificações (**)	2.038	(2)	(23.018)	1	-	-	-	-	-	-	-	(20.981)
Depreciações	(2.001)	(2.548)	-	(1.711)	-	(1.933)	(449)	(47)	(33)	-	(21)	(8.743)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	-	96	87.924
Saldos em 31 de dezembro de 2019												
Custo	4.092	56.683	25.411	37.807	39.943	27.135	9.530	1.988	1.955	-	347	204.891
Depreciação acumulada	(4.012)	(45.396)	-	(35.996)	-	(21.488)	(8.238)	(1.491)	(95)	-	(251)	(116.967)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	-	96	87.924
Taxa de depreciação (% a.a.)	9,5	8,6	-	20	-	10	10	20	1,7	50	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	-	96	87.924
Movimentações												
Aquisições / transferências	-	-	(5.260)	8.882	-	-	-	-	-	320	-	3.942
Baixas	-	(106)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(107)
Reclassificações	-	-	(1.561)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.561)
Depreciações	(15)	(1.090)	-	(639)	-	(950)	(217)	(66)	(17)	(67)	(13)	(3.074)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	65	10.091	18.590	10.053	39.943	4.697	1.075	431	1.843	253	83	87.124
Saldos em 30 de junho de 2020												
Custo	4.092	56.408	18.590	46.685	39.943	27.115	9.506	1.988	1.955	320	347	206.949
Depreciação acumulada	(4.027)	(46.317)	-	(36.632)	-	(22.418)	(8.431)	(1.557)	(112)	(67)	(264)	(119.825)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	65	10.091	18.590	10.053	39.943	4.697	1.075	431	1.843	253	83	87.124

(*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Notas Explicativas

Consolidado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	5,9 - 9,5	8,6 - 12,6	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	18,5 - 37,5	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	4.052	42.607	69.163	3.645	66.368	11.682	20.161	89	20.484	-	24	238.275
Movimentações												
Aquisições / transferências	-	5.485	21.733	2.255	-	390	139	455	-	38.314	127	68.898
Baixas	-	(83)	-	(1)	-	(2)	(2)	-	-	-	-	(88)
Reclassificações (**)	2.038	(2)	(60.819)	1	-	554	-	-	-	-	-	(58.228)
Depreciações	(2.474)	(8.105)	-	(1.868)	-	(2.981)	(4.354)	(47)	(539)	(8.407)	(27)	(28.802)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Saldos em 31 de dezembro de 2019												
Custo	12.880	144.874	30.077	48.661	66.368	45.212	57.564	2.176	27.136	38.314	763	474.025
Depreciação acumulada	(9.264)	(104.972)	-	(44.629)	-	(35.569)	(41.620)	(1.679)	(7.191)	(8.407)	(639)	(253.970)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Taxa de depreciação (% a.a.)	5,9 - 9,5	8,6 - 12,6	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	15,1 - 50	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Movimentações												
Aquisições / transferências	217	600	(7.034)	11.167	-	271	7	-	-	18.409	1	23.638
Baixas	-	(869)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(870)
Reclassificações	-	-	(2.024)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.024)
Depreciações	(241)	(3.492)	-	(927)	-	(1.442)	(2.112)	(66)	(270)	(5.074)	(17)	(13.641)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	3.592	36.141	21.019	14.271	66.368	8.472	13.839	431	19.675	43.242	108	227.158
Saldos em 30 de junho de 2020												
Custo	13.097	141.908	21.019	59.824	66.368	45.465	57.547	2.176	27.136	56.724	763	492.027
Depreciação acumulada	(9.505)	(105.767)	-	(45.553)	-	(36.993)	(43.708)	(1.745)	(7.461)	(13.482)	(655)	(264.869)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	3.592	36.141	21.019	14.271	66.368	8.472	13.839	431	19.675	43.242	108	227.158

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Notas Explicativas

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no período findo em 30 de junho de 2020 foram de R\$2.092 referentes aos empréstimos e financiamentos não diretamente atribuíveis as imobilizações da Companhia com taxa média de juros de 4,65% a.a. Em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$3.243 eram compostos por: (i) R\$323 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis a imobilizações da controlada Tecon Vila do Conde; e (ii) R\$2.920 referente aos não diretamente atribuíveis da Companhia com taxa média de juros de 7,30% a.a.

A Companhia possui equipamento que foi dado em garantia ao financiamento da respectiva aquisição (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME). O valor de custo desse ativo foi de R\$298. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas (“*Rubber Tyred Gantry – RTG*”), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 30 de junho de 2020, tinha o valor contábil de R\$572.

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL

	Controladora									
	Vida útil definida									
	Direito de exploração				Ágio nas aquisições			Softwares	Outros intangíveis	Total
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Saboó (**)	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento	
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	-	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	847.880	622.688	11.960	-	71.884	2.537	11.037	431	3.120	1.571.537
Movimentações										
Aquisições / transferências	39.352	38.626	268	-	-	-	-	75	79.635	157.956
Reclassificações (*)	(1.153)	28	(1)	-	-	-	-	4	22.102	20.980
Amortizações	(37.889)	(46.277)	(912)	-	(2.486)	(172)	(828)	(149)	-	(88.713)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	-	69.398	2.365	10.209	361	104.857	1.661.760
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Custo	1.604.227	1.001.328	19.566	-	321.264	37.760	18.983	22.518	104.857	3.130.503
Amortização acumulada	(756.037)	(386.263)	(8.251)	-	(251.866)	(35.395)	(8.774)	(22.157)	-	(1.468.743)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	-	69.398	2.365	10.209	361	104.857	1.661.760
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	-	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	848.190	615.065	11.315	-	69.398	2.365	10.209	361	104.857	1.661.760
Movimentações										
Aquisições / transferências	88.966	31.835	294	2.319	-	-	-	5.126	7.743	136.283
Baixa	(1.292)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.292)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	1.561	1.561
Amortizações	(20.528)	(23.928)	(465)	(593)	(1.242)	(86)	(414)	(162)	-	(47.418)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	915.336	622.972	11.144	1.726	68.156	2.279	9.795	5.325	114.161	1.750.894
Saldos em 30 de junho de 2020										
Custo	1.656.222	1.033.163	19.860	2.319	321.264	37.760	18.983	27.644	114.161	3.231.376
Amortização acumulada	(740.886)	(410.191)	(8.716)	(593)	(253.108)	(35.481)	(9.188)	(22.319)	-	(1.480.482)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	915.336	622.972	11.144	1.726	68.156	2.279	9.795	5.325	114.161	1.750.894

(*) Reclassificações do imobilizado.

(**) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses.

Notas Explicativas

Consolidado

	Vida útil definida											Vida útil indefinida	Total
	Direito de exploração					Ágio nas aquisições			Softwares	Outros intangíveis	Ágio nas aquisições		
	Tecon Santos	Tecon Imituba	TCG Imituba	Saboó (***)	Tecon Vila do Conde	Terminal de Veículos/ TEV	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento	Santos Brasil Logística (*)	
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	-	7,4	4,2	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	847.880	622.688	11.960	-	17.356	235.736	71.884	2.536	11.037	650	3.120	39.465	1.864.312
Movimentações													
Aquisições / transferências	39.352	38.626	268	-	8.901	9.618	-	-	-	75	88.635	-	185.475
Reclassificações (**)	(1.153)	28	(1)	-	36.941	(554)	-	-	-	649	22.317	-	58.227
Amortizações	(37.889)	(46.277)	(912)	-	(2.777)	(15.225)	(2.486)	(171)	(828)	(283)	-	-	(106.848)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	-	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Saldos em 31 de dezembro de 2019													
Custo	1.604.227	1.001.328	19.566	-	103.659	360.253	321.264	37.760	18.983	32.202	114.072	47.576	3.660.890
Amortização acumulada	(756.037)	(386.263)	(8.251)	-	(43.238)	(130.678)	(251.866)	(35.395)	(8.774)	(31.111)	-	(8.111)	(1.659.724)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	-	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6		7,4	4,2	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	848.190	615.065	11.315	-	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Movimentações													
Aquisições / transferências	88.966	31.835	294	2.319	641	11.175	-	-	-	5.126	10.521	-	150.877
Baixa	(1.292)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.292)
Reclassificações	-	-	-	-	261	-	-	-	-	202	1.561	-	2.024
Amortizações	(20.528)	(23.928)	(465)	(593)	(2.466)	(7.961)	(1.242)	(86)	(414)	(248)	-	-	(57.931)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	915.336	622.972	11.144	1.726	58.857	232.789	68.156	2.279	9.795	6.171	126.154	39.465	2.094.844
Saldos em 30 de junho de 2020													
Custo	1.656.222	1.033.163	19.860	2.319	104.562	371.428	321.264	37.760	18.983	37.530	126.154	47.576	3.776.821
Amortização acumulada	(740.886)	(410.191)	(8.716)	(593)	(45.705)	(138.639)	(253.108)	(35.481)	(9.188)	(31.359)	-	(8.111)	(1.681.977)
Saldos líquidos em 30 de junho de 2020	915.336	622.972	11.144	1.726	58.857	232.789	68.156	2.279	9.795	6.171	126.154	39.465	2.094.844

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

(**) Reclassificações do imobilizado.

(***) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses.

Notas Explicativas

Não houve mudança nas condições dos direitos de exploração e dos ágios nas aquisições com vida útil definida e indefinida, em comparação com aquelas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				30.06.2020	31.12.2019	
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	77	115	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	60.095	60.028	R\$
				<u>60.172</u>	<u>60.143</u>	
Total				<u>60.172</u>	<u>60.143</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(20.172)	(40.104)	
Parcelas de longo prazo				40.000	20.039	
	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				30.06.2020	31.12.2019	
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	77	115	R\$
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	1.704	2.011	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	60.095	60.028	R\$
				<u>61.876</u>	<u>62.154</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	19.044	15.771	€
				<u>19.044</u>	<u>15.771</u>	
Total				<u>80.920</u>	<u>77.925</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(25.734)	(44.387)	
Parcelas de longo prazo				55.186	33.538	

(*) O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde possui *covenants*.

- (a) Em 22 de junho de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú alterando o vencimento de junho de 2020 para junho de 2021, referente captação de R\$100.000, realizada em 21 de junho de 2017. Também houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI, alterando de 2,00% a.a. para 1,85% a.a.

Em 22 de junho de 2020 foi celebrado o segundo aditivo da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú prorrogando o prazo final da dívida de junho de 2021 para junho de 2022. A taxa acrescida do CDI também foi alterada de 1,85% a.a. para 2,75% a.a.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	60.143	205.347	77.925	227.395
Captação	-	-	-	-
Juros e custos apropriados	1.325	9.291	1.780	9.828
Juros capitalizados	405	2.920	405	3.243
Var. monetária e cambial	-	2.176	5.183	2.581
(-) Amortização da dívida	(38)	(142.380)	(2.292)	(147.006)
(-) Juros pagos ^(*)	(1.663)	(17.211)	(2.081)	(18.116)
Saldo final	60.172	60.143	80.920	77.925

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde, possui *covenant*, a ser apurado pela Companhia, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas auditadas da Companhia.

Em 30 de junho de 2020, o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado
	30.06.2020
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	351.962
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	80.920
Debêntures	355.048
Arrendamento mercantil	44.696
Dívida líquida	128.702
EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses	210.825
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	0,6

Garantias

- Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Junho/21	R\$	Equipamento objeto da transação ^(a)

(a) Conforme nota explicativa nº 11.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

- Garantias obtidas

Na data-base de 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2020, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora		
	2021	2022	Total
NCE	20.000	20.000	40.000

	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024	Total
NCE	20.000	20.000	-	-	40.000
FINAME	310	620	150	-	1.080
FINIMP	2.351	4.702	4.702	2.351	14.106
Total	22.661	25.322	4.852	2.351	55.186

14. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora	
				30.06.2020	31.12.2019
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	298.850	299.985
(-) Parcelas de curto prazo				(3.094)	(4.645)
Parcelas de longo prazo				295.756	295.340

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado	
				30.06.2020	31.12.2019
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	298.850	299.985
Debêntures	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	56.198	58.486
				355.048	358.471
(-) Parcelas de curto prazo				(8.249)	(9.689)
Parcelas de longo prazo				346.799	348.782

- (a) Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (<i>Bookbuilding</i>)	Volume Alocado (R\$)
1ª Série	25 de março de 2024	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

Notas Explicativas

- (b) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada indireta Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para essa emissão. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	299.985	-	358.471	-
Captação	-	300.000	-	360.000
(-) Custo das captações	(15)	(5.228)	(317)	(7.234)
Valor líquido captado	299.970	294.772	358.154	352.766
Juros e custos apropriados	5.390	13.885	6.703	14.086
Juros capitalizados	1.687	-	1.687	-
Varição monetária s/ principal	-	-	339	291
(-) Amortização da dívida			(2.523)	-
(-) Juros pagos (*)	(8.197)	(8.672)	(9.312)	(8.672)
Saldo final	298.850	299.985	355.048	358.471

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil e na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia.

Em 30 de junho de 2020 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u> <u>30.06.2020</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	351.962
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	80.920
Debêntures	355.048
Arrendamento mercantil	44.696
Dívida líquida	128.702
EBITDA ajustado (*)	138.700
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	0,9

(*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários, trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas informações contábeis intermediárias em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisão trabalhista (a)	19.737	16.124
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	8.828	9.554
Outros processos (d)	3.795	3.486
Total	<u>32.360</u>	<u>29.164</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisão trabalhista (a)	21.861	18.491
Provisão para processo FAP (b)	11.331	12.026
Outros processos (d)	7.273	6.976
Total	<u>40.465</u>	<u>37.493</u>

Notas Explicativas

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	4.589	4.365
Processo FAP (b)	5.701	5.639
Processo CADE - multa (c)	2.328	2.310
Processo CADE - faturamento TRA (c)	205.932	200.802
Outros processos (d)	1.157	1.053
Outros depósitos judiciais (e)	41.313	41.610
Subtotal	<u>261.020</u>	<u>255.779</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	15.083	15.083
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	7.415	3.908
Subtotal	<u>22.498</u>	<u>18.991</u>
Total	<u>283.518</u>	<u>274.770</u>

	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	5.353	5.386
Processo FAP (b)	7.158	7.080
Processo CADE - multa (c)	2.328	2.310
Processo CADE - faturamento TRA (c)	205.932	200.802
Outros processos (d)	1.157	1.053
Outros depósitos judiciais (e)	48.072	48.779
Subtotal	<u>270.000</u>	<u>265.410</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	15.083	15.083
OGMO (g)	7.415	3.908
Subtotal	<u>22.498</u>	<u>18.991</u>
Total	<u>292.498</u>	<u>284.401</u>

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$19.737, para os quais existem depósitos judiciais de R\$4.589 e 36 seguros garantindo o montante de R\$61.545; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.972, para os quais existem depósitos judiciais de R\$716 e 1 seguro garantindo o montante de R\$190; e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$152, para os quais existem depósitos judiciais de R\$48 e 4 seguros garantindo o montante de R\$3.813.

Notas Explicativas

- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.701, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.364 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$66 - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$27 - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$139.167 e R\$2.328, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$66.765. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$55.962 (R\$53.572 em 31 de dezembro de 2019), estão classificados no passivo não circulante.

A mencionada ação judicial foi julgada em primeira instância de forma parcialmente favorável à Companhia em 4 de setembro de 2013, pois decisão anulou a decisão do CADE no que se refere ao impedimento da cobrança dos serviços de segregação e entrega, mas manteve a multa imposta por entender que teria o CADE exercido a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide.

Notas Explicativas

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “perda remota” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “*periculum in mora*”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade: (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CADE e Marimex, sendo em 05/2016 publicado acórdão acolhendo parcialmente os embargos opostos pela Marimex e rejeitando os opostos pela Companhia e CADE. A Companhia, CADE e Marimex interpuseram Recurso Especial e a Marimex interpôs também Recurso Extraordinário. Os Recursos Especiais interpostos pela Marimex e o CADE foram admitidos e aguardam os respectivos julgamentos perante o Superior Tribunal de Justiça. O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário interposto, respectivamente, pela Companhia e Marimex não foram admitidos. Atualmente, aguarda-se decisão no Agravo de Despacho Denegatório do Recurso Extraordinário interposto pela Marimex.

Notas Explicativas

Com relação à medida cautelar 0008783-19.2005.4.03.6100, em 07 de dezembro de 2017, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse de agir, de acordo com o art. 267, VI, do CPC/1973, prejudicadas as apelações. O acórdão foi publicado em 25 de abril de 2018, tendo sido certificado o trânsito em julgado em 11 de dezembro de 2018.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

- (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$7.273, refere-se, principalmente: (i) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, no montante de R\$1.371; (ii) à Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da Prefeitura Municipal de Santos, no montante de R\$3.063; (iii) auto de infração da União Federal, no montante de R\$200; (iv) ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.614; e (v) outros processos, no montante de R\$1.025.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.508 e R\$9.558, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.907; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$17.368; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.287. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 e a processos trabalhistas, no montante de R\$1.212; (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$573, outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.578, e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7; e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$6.

Notas Explicativas

- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores". Em 27 de agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Atualmente, o processo encontra-se aguardando o julgamento do Recurso de Apelação.
- (g) Em 30 de março de 2019, a contribuição paga pelos Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo difere do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 10063282820198260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a ilegalidade de tal critério. Em sede de tutela de urgência, o Juiz da 8ª Vara Cível de Santos, suspendeu os efeitos da mencionada Assembleia, determinando que a Santos Brasil passasse a depositar, em juízo, o excesso controvertido, mantendo o pagamento no critério anterior, diretamente ao OGMO. O processo encontra-se em fase de instrução. Em 30 de junho de 2020, esses depósitos representavam o montante de R\$7.415.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$3.069 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, no período findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 30.06.2020
Provisão trabalhista	16.124	251	(2.523)	5.885	19.737
Provisão FAP	9.554	106	-	(832)	8.828
Outros processos	3.486	-	(2.522)	2.831	3.795
Total	29.164	357	(5.045)	7.884	32.360

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	19.067	1.340	(11.775)	7.492	16.124
Provisão FAP	11.117	389	-	(1.952)	9.554
Outros processos	2.006	32	(1.051)	2.499	3.486
Total	32.190	1.761	(12.826)	8.039	29.164

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 30.06.2020
Provisão trabalhista	18.491	257	(4.483)	7.596	21.861
Provisão FAP	12.026	137	-	(832)	11.331
Outros processos	6.976	-	(2.562)	2.859	7.273
Total	37.493	394	(7.045)	9.623	40.465

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	22.120	1.590	(13.627)	8.408	18.491
Provisão FAP	13.839	511	-	(2.324)	12.026
Outros processos	2.360	99	(1.079)	5.596	6.976
Total	38.319	2.200	(14.706)	11.680	37.493

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou a probabilidade de perda positiva ou negativa.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$770.258, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas informações contábeis intermediárias.

A movimentação dos processos possíveis, no período findo em 30 de junho de 2020, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

<u>Natureza da ação</u>	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Outras movimentações (*)</u>	<u>Saldo em 30.06.2020</u>
Aduaneira	15.169	-	3	15.172
Cível	39.418	22.595	450	62.463
Trabalhista	77.600	11.073	(4.222)	84.451
Tributária	441.871	21.302	136.531	599.704
Outras	7.712	612	144	8.468
Total	581.770	55.582	132.906	770.258

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente.

Processo Ágio

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. A contingência está classificada no quadro anterior como de natureza tributária. Segundo o referido auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência da decisão da Delegacia da Receita Federal (1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP) no sentido de julgar parcialmente procedente as impugnações apresentadas, com a redução da multa de ofício aplicada para 75%. Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de Recurso de Ofício relativamente à redução da multa (de 150% para 75%).

A Companhia e a sua controlada Numeral 80 efetuaram interposição de Recursos Voluntários no prazo regulamentar, sendo que ao recurso da controlada Numeral 80, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao Recurso de Ofício da Fazenda Nacional.

Em 05 de dezembro de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN opôs embargos de declaração, que foram julgados em 11 de abril de 2017, tendo sido acolhidos sem efeitos infringentes, apenas para esclarecer que o Recurso Voluntário da Companhia (responsável solidária) foi julgado prejudicado, uma vez que restou cancelada toda a exigência pelas razões do Recurso Voluntário do devedor principal (Numeral 80).

Notas Explicativas

No dia 12 de junho de 2017, a PGFN interpôs Recurso Especial à Câmara Superior do CARF, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, sendo apresentadas pela Companhia e Numeral 80 as contrarrazões. Por sua vez, a Companhia, requereu nas contrarrazões que, caso haja o reestabelecimento da autuação fiscal, que os autos sejam remetidos à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, para análise dos argumentos referentes à impossibilidade da imputação de responsabilidade solidária à Companhia.

Em 05 de abril de 2018, a Câmara Superior do CARF, por voto de qualidade, deu provimento ao Recurso Especial interposto pela PGFN, reestabelecendo a glosa das despesas de amortização fiscal do ágio. Por outro lado, foi reconhecido na decisão o cancelamento definitivo da multa qualificada de 150%, tendo em vista que esta matéria não foi objeto do Recurso Especial da PGFN. Neste contexto, o valor da penalidade objeto do auto de infração reduziu de R\$334.495 para R\$259.001 (valores de dezembro de 2012).

Além disso, a Câmara Superior do CARF determinou que o processo fosse remetido à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF para análise dos argumentos expostos no Recurso Voluntário interposto pela Numeral 80 e Companhia, que deixaram de ser analisados na sessão de 14 de setembro de 2016, em razão do provimento integral do Recurso Voluntário da controlada Numeral 80.

Em 12 de novembro de 2019, a 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF deu parcial provimento aos recursos da Numeral 80 e Companhia para apenas acolher a preliminar de decadência relativo ao ano de 2006.

No dia 24 de março de 2020, a Numeral 80 foi cientificada da decisão de 12 de novembro de 2019, sendo apresentado o valor do Auto de Infração recalculado e atualizado pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$374.860.

Em 27 de março de 2020, a Numeral 80 interpôs Recurso Especial requerendo a: (i) nulidade dos autos de infração - iliquidez e incerteza do crédito tributário; (ii) inexistência de previsão legal para a adição, à base de cálculo da CSLL, da despesa com amortização de ágio considerada indedutível pela fiscalização; (iii) impossibilidade de exigência de multa isolada após o encerramento do ano-base; e (iv) impossibilidade de cumulação da multa isolada com a multa de ofício.

Por sua vez, a Companhia interpôs Recurso Especial, desenvolvendo os mesmos argumentos acima mencionados, bem como sustentando adicionalmente que o nº 1302-004.104 divergiria de outras decisões proferidas pelo CARF no que diz respeito às seguintes matérias: (i) ausência de previsão legal no artigo 132 do Código Tributário Nacional - CTN de responsabilidade tributária no caso de cisão; e (ii) impossibilidade jurídica de responsabilidade tributária no caso de cisão parcial - ausência de extinção da sociedade cindida para subsunção ao artigo 132 do CTN.

O escritório responsável pela defesa da Companhia avalia a probabilidade de perda como possível e que o tempo de conclusão do processo é incerto.

Notas Explicativas

Processo PIS / COFINS

Em 08 de outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. Em 1º de novembro de 2019, a Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente.

Em 24 de março de 2020, a Delegacia de Julgamento da Receita Federal julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela Companhia cancelando, aproximadamente, 85% (oitenta e cinco por cento) da Autuação, cabendo, portanto, Recurso de Ofício ao CARF. No que tange as glosas mantidas, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF e aguarda julgamento.

O escritório responsável pela defesa da Companhia avalia a probabilidade de perda como possível e que o tempo de conclusão do processo é incerto.

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

	Controladora					
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 30.06.2020
Contratos						
Arrendamento:						
Tecon Santos	559.583	-	15.963	-	(21.242)	554.304
Tecon Imbituba	36.683	-	749	3.287	(1.900)	38.819
Saboó	-	1.980	389	-	(888)	1.481
	<u>596.266</u>	<u>1.980</u>	<u>17.101</u>	<u>3.287</u>	<u>(24.030)</u>	<u>594.604</u>
MMC:						
Tecon Imbituba	347.591	-	6.110	28.548	(1.986)	380.263
TCG Imbituba	5.783	-	107	293	(270)	5.913
Saboó	-	338	67	-	-	405
	<u>353.374</u>	<u>338</u>	<u>6.284</u>	<u>28.841</u>	<u>(2.256)</u>	<u>386.581</u>
Obrigações com poder concedente	<u>949.640</u>	<u>2.318</u>	<u>23.385</u>	<u>32.128</u>	<u>(26.286)</u>	<u>981.185</u>
(-) Curto prazo	(53.619)					(72.935)
Longo prazo	896.021					908.250

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2019
Contratos					
Arrendamento:					
Tecon Santos	529.955	32.090	39.099	(41.561)	559.583
Tecon Imbituba	34.789	1.537	3.960	(3.603)	36.683
	<u>564.744</u>	<u>33.627</u>	<u>43.059</u>	<u>(45.164)</u>	<u>596.266</u>
MMC:					
Tecon Imbituba	346.594	12.556	34.466	(46.025)	347.591
TCG Imbituba	6.012	220	268	(717)	5.783
	<u>352.606</u>	<u>12.776</u>	<u>34.734</u>	<u>(46.742)</u>	<u>353.374</u>
Obrigações com poder concedente	<u>917.350</u>	<u>46.403</u>	<u>77.793</u>	<u>(91.906)</u>	<u>949.640</u>
(-) Curto prazo	(63.548)				(53.619)
Longo prazo	853.802				896.021

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 30.06.2020
Contratos						
Arrendamento:						
Tecon Santos	559.583	-	15.963	-	(21.242)	554.304
Tecon Imbituba	36.683	-	749	3.287	(1.900)	38.819
Saboó	-	1.980	389	-	(888)	1.481
Tecon Vila do Conde	11.483	-	324	-	(615)	11.192
Terminal de Veículos/TEV	47.186	-	944	5.066	(2.327)	50.869
	<u>654.935</u>	<u>1.980</u>	<u>18.369</u>	<u>8.353</u>	<u>(26.972)</u>	<u>656.665</u>
MMC:						
Tecon Imbituba	347.591	-	6.110	28.548	(1.986)	380.263
TCG Imbituba	5.783	-	107	293	(270)	5.913
Saboó	-	338	67	-	-	405
Tecon Vila do Conde	10.651	-	318	641	(609)	11.001
Terminal de Veículos/TEV	57.026	-	1.141	6.109	(2.812)	61.464
	<u>421.051</u>	<u>338</u>	<u>7.743</u>	<u>35.591</u>	<u>(5.677)</u>	<u>459.046</u>
Obrigações com poder concedente	<u>1.075.986</u>	<u>2.318</u>	<u>26.112</u>	<u>43.944</u>	<u>(32.649)</u>	<u>1.115.711</u>
(-) Curto prazo	(60.139)					(80.338)
Longo prazo	1.015.847					1.035.373

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2019
Contratos					
Arrendamento:					
Tecon Santos	529.955	32.090	39.099	(41.561)	559.583
Tecon Imbituba	34.789	1.537	3.960	(3.603)	36.683
Tecon Vila do Conde	6.959	663	4.776	(915)	11.483
Terminal de Veículos/TEV	45.206	1.928	4.369	(4.317)	47.186
	<u>616.909</u>	<u>36.218</u>	<u>52.204</u>	<u>(50.396)</u>	<u>654.935</u>
MMC:					
Tecon Imbituba	346.594	12.556	34.466	(46.025)	347.591
TCG Imbituba	6.012	220	268	(717)	5.783
Tecon Vila do Conde	6.841	653	4.125	(968)	10.651
Terminal de Veículos/TEV	54.661	2.333	5.249	(5.217)	57.026
	<u>414.108</u>	<u>15.762</u>	<u>44.108</u>	<u>(52.927)</u>	<u>421.051</u>
Obrigações com poder concedente	<u>1.031.017</u>	<u>51.980</u>	<u>96.312</u>	<u>(103.323)</u>	<u>1.075.986</u>
(-) Curto prazo	(68.660)				(60.139)
Longo prazo	962.357				1.015.847

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Em 30 de junho de 2020, o compromisso com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Tecon Santos	5.461	11.127	11.423	515.560	543.571
Tecon Imbituba	12.617	25.705	26.386	294.958	359.666
TCG Imbituba	187	383	395	4.048	5.013
	<u>18.265</u>	<u>37.215</u>	<u>38.204</u>	<u>814.566</u>	<u>908.250</u>
Consolidado					
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Tecon Santos	5.461	11.127	11.423	515.560	543.571
Tecon Imbituba	12.617	25.705	26.386	294.958	359.666
TCG Imbituba	187	383	395	4.048	5.013
Tecon Vila do Conde	616	1.275	1.334	17.774	20.999
Terminal de Veículos/TEV	3.157	6.430	6.596	89.941	106.124
	<u>22.038</u>	<u>44.920</u>	<u>46.134</u>	<u>922.281</u>	<u>1.035.373</u>

Notas Explicativas

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
TCG Imbituba	Junho/2007	Junho/2032
Saboó	Mai/2020	Novembro/2020
Tecon Vila do Conde	Setembro/2003	Setembro/2033
Terminal de Veículos/TEV	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2020 a Abril/2021
Tecon Imbituba	Julho/2019 a Julho/2020
Tecon Vila do Conde	Julho/2019 a Julho/2020
Terminal de Veículos/TEV	Julho/2019 a Julho/2020

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 30 de junho de 2020 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M/INPC:

<u>Contratos</u>	<u>Em reais - R\$</u>		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	41,55	-	-
Tecon Santos (b)	20,69	-	-
Tecon Imbituba (c)	104,65	-	-
TCG Imbituba (d)	-	3,16	-
TCG Imbituba (e)	-	6,99	-
TCG Imbituba (f)	-	4,21	-
Saboó (g)	-	2,10	-
Saboó (h)	-	-	10,48
Tecon Vila do Conde (i)	26,10	-	-
Tecon Vila do Conde (j)	5,22	-	-
Tecon Vila do Conde (k)	-	2,61	-
Terminal de Veículos/TEV (l)	-	-	20,66

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

Notas Explicativas

- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor por tonelada de celulose movimentada, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (h) Valor por veículo movimentado, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (i) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (j) Valor devido por contêiner vazio.
- (k) Valor devido por tonelada.
- (l) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL – CONSOLIDADO**a) Arrendamento – Aluguéis**

<u>Direito de uso (Ativo)</u>	Controladora			Saldo contábil 30.06.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições / Baixas	Depreciação	
Santos Brasil Participações				
Imóvel	-	320	(67)	253
Total do ativo	-	320	(67)	253

<u>Direito de uso (Ativo)</u>	Consolidado			Saldo contábil 30.06.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições / Baixas	Depreciação	
Santos Brasil Participações				
Imóvel	-	320	(67)	253
Santos Brasil Logística				
Imóvel	25.528	18.089	(3.255)	40.362
Tecon Vila do Conde				
Máquinas e equipamentos	4.379	-	(1.752)	2.627
Total do ativo	29.907	18.409	(5.074)	43.242

Notas Explicativas

	Consolidado			Saldo contábil 31.12.2019
	Adoção inicial 01.01.2019	Adições / Baixas	Depreciação	
<u>Direito de uso (Ativo)</u>				
Santos Brasil Logística Imóvel	31.308	-	(5.780)	25.528
Tecon Vila do Conde Máquinas e equipamentos	-	7.006	(2.627)	4.379
Total do ativo	31.308	7.006	(8.407)	29.907

	Controladora					Saldo contábil 30.06.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
<u>Arrendamentos (Passivo)</u>						
Santos Brasil Participações (I)	-	320	7	-	(71)	256
Total do passivo	-	320	7	-	(71)	256
(-) Curto prazo	-					(159)
Longo prazo	-					97

	Consolidado					Saldo contábil 30.06.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
<u>Arrendamentos (Passivo)</u>						
Santos Brasil Participações (I)	-	320	7	-	(71)	256
Santos Brasil Logística (II)	26.408	15.509	969	2.580	(3.772)	41.694
Tecon Vila do Conde (III)	4.497	-	124	-	(1.875)	2.746
Total do passivo	30.905	15.829	1.100	2.580	(5.718)	44.696
(-) Curto prazo	(8.830)					(8.775)
Longo prazo	22.075					35.921

	Consolidado					Saldo contábil 31.12.2019
	Adoção inicial 01.01.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
<u>Arrendamentos (Passivo)</u>						
Santos Brasil Logística (II)	31.308	-	2.060	-	(6.960)	26.408
Tecon Vila do Conde (III)	-	7.006	303	-	(2.812)	4.497
Total do passivo	31.308	7.006	2.363	-	(9.772)	30.905
(-) Curto prazo	(4.900)					(8.830)
Longo prazo	26.408					22.075

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

Notas Explicativas

- (I) Em 9 de março de 2020, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de salas comerciais, que possui vencimento em 31 de janeiro de 2022, utilizando a taxa de desconto de 5,91% a.a.
- (II) Em 1º de janeiro de 2019, a controlada Santos Brasil Logística realizou a adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, referente ao aluguel do Centro de Distribuição - SBC, que possui vencimento em maio de 2024, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.

Em 20 de fevereiro de 2020, a controlada Santos Brasil Logística assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel do Centro de Distribuição - Imigrantes, que possui início de vigência em 1º de junho de 2020 e vencimento em 27 de maio de 2031, utilizando a taxa de desconto de 5,91% a.a.

- (III) Em 1º de abril de 2019, a controlada Tecon Vila do Conde assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de um guindaste móvel de cais (MHC), que possui vencimento em março de 2021, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.

A taxa de desconto para o período findo em 30 de junho de 2020, de 5,91% e 7,47% ao ano (7,47% em 31 de dezembro de 2019), para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade das controladas.

Em 30 de junho de 2020, o saldo longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Santos Brasil Participações	97	-	-	-	97
	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Santos Brasil Participações	97	-	-	-	97
Santos Brasil Logística	3.788	7.945	8.466	15.625	35.824
	<u>3.885</u>	<u>7.945</u>	<u>8.466</u>	<u>15.625</u>	<u>35.921</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Controladora 30.06.2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	268	256
PIS / COFINS potencial (9,25%)	25	24

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30.06.2020		31.12.2019	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	53.498	44.696	35.428	30.905
PIS / COFINS potencial (9,25%)	4.949	4.134	3.277	2.859

b) Arrendamento operacional

A Companhia e sua controlada Terminal de Veículos/TEV também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas, com vencimentos no curto prazo, os quais, no período findo em 30 de junho de 2020, geraram despesas no montante de R\$609 (R\$671 em 30 de junho de 2019).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	30.06.2020	31.12.2019
Existentes no início do período	669.798.378	666.317.880
Opção de ações exercidas durante o período	-	3.480.498
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	669.798.378	669.798.378

Do total de ações, 665.114.456 encontravam-se em circulação (“*freefloat*”) em 30 de junho de 2020, sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$65.241 em 30 de junho de 2020 (R\$63.909 em 31 de dezembro de 2019) e do plano de incentivo atrelado a ações: *performance share*, no montante de R\$3.467 (R\$2.916 em 31 de dezembro de 2019) e *matching* de ações, no montante de R\$798 (R\$553 em 31 de dezembro de 2019), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

Notas Explicativas

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Até 30 de junho de 2020, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(1.545).

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do período e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 - Brasil Bolsa Balcão as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

Até 31 de dezembro de 2018, foram entregues 2.879.414 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$9.306.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram entregues 1.124.142 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$3.634.

No período findo em 30 de junho de 2020, foram entregues 258.919 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$837.

A seguir, posição em 30 de junho de 2020 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	33.824	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	<u>(4.262.475)</u>	<u>(13.777)</u>				
Saldo Atual	<u>1.876.270</u>	<u>6.067</u>	10.338			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do período.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

19. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Receita bruta	311.374	343.762	523.934	570.944
Terminais Portuários	311.374	343.762	368.478	399.221
Operações Portuárias	146.418	179.516	181.926	215.637
Armazenagem Alfandegada	158.400	155.229	177.624	171.209
Carga Geral	6.556	9.017	8.928	12.375
Logística	-	-	132.209	136.726
Transportes	-	-	20.412	21.759
Armazenagem Alfandegada	-	-	91.305	92.726
Centro de Distribuição	-	-	15.862	19.642
Terminais Logísticos	-	-	4.630	2.599
Terminal de Veículos/TEV	-	-	23.247	34.997
Armazenagem Alfandegada	-	-	23.247	34.997
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(35.619)	(38.031)	(66.324)	(70.697)
Outras	(5.075)	(3.119)	(8.944)	(8.110)
Total	270.680	302.612	448.666	492.137

20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Mão de obra avulsa	(10.759)	(14.184)	(10.960)	(14.356)
Taxas - Companhias Docas	(4.003)	(27.316)	(6.115)	(28.456)
Energia elétrica	(4.708)	(4.907)	(5.859)	(6.541)
Combustíveis e lubrificantes	(7.984)	(11.487)	(13.459)	(18.696)
Fretes	(5.781)	(4.566)	(19.637)	(18.887)
Movimentação de veículos	-	-	(6.650)	(9.852)
Outros serviços e materiais	(1.461)	(1.022)	(5.793)	(5.806)
Despesas com pessoal	(131.851)	(135.017)	(178.835)	(181.011)
Consultoria, assessoria e auditoria	(11.411)	(10.196)	(12.331)	(10.970)
Outros serviços de terceirização	(13.188)	(10.106)	(18.951)	(15.279)
Manutenção operacional	(15.123)	(15.078)	(20.389)	(19.753)
Depreciação e amortização	(50.492)	(48.213)	(71.572)	(65.286)
Aluguéis / condomínios - áreas operacionais	-	-	(3.239)	(3.158)
Comissões sobre vendas de serviços	(9.425)	(12.345)	(40.930)	(41.583)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(8.926)	(5.583)	(8.971)	(6.163)
Outras despesas	(9.631)	(9.368)	(25.931)	(25.737)
Total	(284.743)	(309.388)	(449.622)	(471.534)
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(224.705)	(248.736)	(348.791)	(372.300)
Despesas com vendas	(11.759)	(14.652)	(45.524)	(46.502)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(8.926)	(5.583)	(8.971)	(6.163)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(39.353)	(40.417)	(46.336)	(46.569)
Total	(284.743)	(309.388)	(449.622)	(471.534)

Notas Explicativas**21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	479	447	479	447
Correção de depósitos judiciais	1.901	2.614	1.916	2.640
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	-	-	13	201
Correção de precatórios	-	-	72	140
Ganho na venda de ativos	49	111	659	123
Receita com depósitos não identificados	262	515	553	865
Recuperação de despesas	-	-	-	200
Recuperação de energia elétrica	349	378	356	378
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	139	-	139	-
Reembolso de seguro	3.772	138	3.772	138
Ressarcimento de ocupação de berço	2.955	-	2.955	-
Outras receitas	224	236	555	380
Total	10.130	4.439	11.469	5.512
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(1.293)	(49)	(1.455)	(52)
Correção de provisões	212	385	182	330
Precatórios	-	-	(57)	(112)
Outras despesas	-	-	(5)	(7)
Total	(1.081)	336	(1.335)	159

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	586	7.062	2.429	9.094
Variações monetárias e cambiais ativas	-	5.673	-	6.677
Valor justo da operação de <i>swap</i>	-	1.764	-	1.764
Correção impostos a recuperar	373	578	397	578
Correção de depósitos judiciais	71	16	76	54
Outras receitas	211	327	396	497
Total	1.241	15.420	3.298	18.664

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(6.715)	(9.974)	(8.483)	(10.100)
Variações monetárias e cambiais passivas	-	(6.121)	(5.522)	(6.811)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	-	(653)	-	(653)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(76)	(88)	(86)	(95)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(23.385)	(23.290)	(26.112)	(26.099)
Juros sobre arrendamento mercantil	(7)	-	(1.100)	(975)
Comissões e taxas financeiras	(1.681)	-	(1.714)	-
Outras despesas	(494)	(1.319)	(632)	(1.852)
Total	<u>(32.358)</u>	<u>(41.445)</u>	<u>(43.649)</u>	<u>(46.585)</u>

23. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 - Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 30 de junho de 2020, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade de <i>units</i> outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade de <i>units</i> exercidas	Quantidade de <i>units</i> vencidas / caducadas	Quantidade de <i>units</i> - saldo
Programas 2006 à 2015		9.581.720				2.828.178	6.753.542	-
Total das opções outorgadas		9.581.720				2.828.178	6.753.542	-

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	2.897.395			1,18	2.273.199	499.875	124.321
1º Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		806.371	159.427	-
2º Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		769.288	196.510	-
3º Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		697.540	143.938	124.321
23/08/17 - Programa 2017	2,02	6.609.811			0,71	1.479.913	2.916.132	2.213.766
1º Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		1.070.238	1.133.032	-
2º Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		409.675	882.473	911.122
3º Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		-	900.627	1.302.644

Notas Explicativas

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
28/02/18 - Programa 2018	3,51	2.914.885			1,61	282.961	821.296	1.810.628
1º Lote anual		971.628	28/02/19	28/02/22		159.011	241.189	571.428
2º Lote anual		971.628	28/02/20	28/02/23		123.950	313.562	534.116
3º Lote anual		971.629	28/02/21	28/02/24		-	266.545	705.084
19/02/19 - Programa 2019	4,39	1.143.048			1,52	97.289	36.903	1.008.856
1º Lote anual		381.016	19/02/20	19/02/23		97.289	36.903	246.824
2º Lote anual		381.016	19/02/21	19/02/24		-	-	381.016
3º Lote anual		381.016	19/02/22	19/02/25		-	-	381.016
Total das opções outorgadas		<u>13.565.139</u>				<u>4.133.362</u>	<u>4.274.206</u>	<u>5.157.571</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do período findo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$1.464 (R\$1.019 em 30 de junho de 2019).

Em 2020 foram exercidos parte dos programas de 2018 e 2019, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$132, ambos contabilizados em reservas de capital.

Das opções vigentes até 30 de junho de 2020, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,72% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,76%.

Notas Explicativas

b) Planos de incentivo atrelado a ações

- *Performance Shares*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos (“Período de Carência”), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão (“Data Inicial”). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443		2,31	-	322.436	1.648.007
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		-	322.436	1.648.007
Total das ações outorgadas	<u>1.970.443</u>			<u>-</u>	<u>322.436</u>	<u>1.648.007</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do período findo em 30 de junho de 2020, no montante de R\$552 (R\$759 em 30 de junho de 2019).

Das opções vigentes até 30 de junho de 2020, não foram exercidas opções, e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,25%.

- *Matching* de ações

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (“*Matching*”), até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Notas Explicativas

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas / caducas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	903.896		2,31	200.674	703.222	-
- Lote Anual	903.896	3 anos		200.674	703.222	-
28/02/18 - Programa 2018	615.369		3,71	277.678	337.691	-
- Lote Anual	615.369	3 anos		277.678	337.691	-
19/02/19 - Programa 2019	523.485		4,11	-	-	523.485
- Lote Anual	523.485	3 anos		-	-	523.485
Total das ações outorgadas	2.042.750			478.352	1.040.913	523.485

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do período findo em 30 de junho de 2020, no montante de R\$244 (R\$198 em 30 de junho de 2019), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Até 30 de junho de 2020, foram realizadas adesões de 468.200 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,07%, as não aderidas, caso fossem totalmente aderidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,08%.

Em 2019 foram entregues 10.152 ações, referente à parte dos programas de 2017 e 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$23, ambos contabilizados em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas menor que 0,01%.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos.

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
(Prejuízo) antes da tributação	(33.076)	(10.792)	(31.173)	(1.647)
Exclusão de equivalência patrimonial	(3.055)	(17.234)	-	-
(Prejuízo) antes da tributação ajustado	(36.131)	(28.026)	(31.173)	(1.647)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	12.296	9.541	10.611	572
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	8.671	6.726	7.482	395
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$120	3.625	2.815	3.129	177
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	(1.849)	(1.459)	(2.071)	(1.625)
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	(292)	(530)	(292)	(530)
Plano de opção de compra de ações / <i>Performance Share</i>	(768)	(672)	(768)	(672)
Outras	(831)	(650)	(1.053)	(816)
Exclusões permanentes:				
Opções exercidas	42	393	42	393
Remuneração variável da Diretoria	-	-	-	-
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	16	-	58	45
Incentivos fiscais	16	-	58	45
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	10.463	8.082	8.598	(1.008)
Alíquota efetiva	(28,96)%	(28,84)%	(27,58)%	61,20%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	(13)	(7)
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	(13)	(7)
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	(25)	(48)
IRPJ e CSLL de período anterior	-	-	(25)	(48)
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	10.463	8.082	8.560	(1.063)
IRPJ e CSLL - correntes	(807)	-	(3.181)	(6.654)
IRPJ e CSLL - diferidos	11.270	8.082	11.741	5.591
Total	10.463	8.082	8.560	(1.063)

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, Santos Brasil Logística, TPV e Pará, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

Notas Explicativas**b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos**

<u>Ativo (passivo)</u>	Controladora					
	30.06.2020			31.12.2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	18.602	7.081	25.683	18.894	7.147	26.041
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.566	1.284	4.850	3.232	1.163	4.395
Provisão para contingências	26.559	9.561	36.120	24.439	8.798	33.237
Amortização do ágio	(17.039)	(6.134)	(23.173)	(17.350)	(6.246)	(23.596)
Depreciação	(39.362)	(14.170)	(53.532)	(40.025)	(14.409)	(54.434)
Perda por desvalorização de ativos	5.671	2.042	7.713	5.892	2.121	8.013
Obrigações com poder concedente	26.319	9.475	35.794	25.182	9.066	34.248
Outras	14.128	5.221	19.349	9.905	3.725	13.630
Perdas atuariais	7.125	2.563	9.688	7.125	2.563	9.688
Total	45.569	16.923	62.492	37.294	13.928	51.222
Ativo	45.569	16.923	62.492	37.294	13.928	51.222

<u>Ativo (passivo)</u>	Consolidado					
	30.06.2020			31.12.2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	31.196	11.615	42.811	31.803	11.794	43.597
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.863	1.391	5.254	3.584	1.290	4.874
Provisão para contingências	27.718	9.977	37.695	25.654	9.235	34.889
Amortização do ágio	(26.905)	(9.686)	(36.591)	(27.216)	(9.798)	(37.014)
Depreciação	(45.329)	(16.318)	(61.647)	(46.028)	(16.570)	(62.598)
Perda por desvalorização de ativos	5.671	2.042	7.713	5.892	2.121	8.013
Obrigações com poder concedente	29.830	10.739	40.569	28.563	10.283	38.846
Outras	16.428	6.050	22.478	11.581	4.329	15.910
Precatórios a receber	(1.418)	(512)	(1.930)	(1.400)	(506)	(1.906)
Perdas atuariais	9.212	3.316	12.528	9.212	3.316	12.528
Total	50.266	18.614	68.880	41.645	15.494	57.139
Ativo	55.578	20.526	76.104	47.893	17.744	65.637
Passivo	(5.312)	(1.912)	(7.224)	(6.248)	(2.250)	(8.498)

Até 30 de junho de 2020, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

25. RESULTADO POR AÇÃO**a) Resultado básico por ação**

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Prejuízo do período	(22.613)	(2.710)
Média ponderada das ações	667.922.108	663.312.846
Resultado por ação básico	(0,03386)	(0,00408)

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Prejuízo do período	(22.613)	(2.710)
Média ponderada das ações	667.922.108	663.312.846
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	4.099.143	6.047.884
Resultado por ação diluído	(0,03365)	(0,00404)

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

26. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no período findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Hipóteses**Hipóteses econômicas:**

Taxa de Desconto	3,38% a.a.
Inflação Econômica	3,50% a.a.
Inflação Médica (“HCCTR”)	3,00% a.a.
Fator Idade (“Aging Factor”)	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica

Hipóteses biométricas:

Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade

Notas Explicativas

Hipóteses

Permanência na Aposentadoria 40%

Outras hipóteses

Composição Familiar

Participantes Ativos
90% Casados
Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos
Participantes Assistidos
Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para o período findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Valor presente das obrigações atuariais	2.747	3.969
Perdas atuariais calculadas	52.291	48.322
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>55.038</u>	<u>52.291</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Valor presente das obrigações atuariais	3.899	5.031
Perdas atuariais calculadas	67.593	62.562
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>71.492</u>	<u>67.593</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de contratação de instrumentos financeiros e os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações, são os mesmos divulgados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	Controladora				Consolidado			
		30.06.2020		31.12.2019		30.06.2020		31.12.2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:									
Caixa e saldo em bancos	-	4.672	4.672	2.550	2.550	14.636	14.636	5.991	5.991
		4.672	4.672	2.550	2.550	14.636	14.636	5.991	5.991
Mensurados pelo custo amortizado:									
Contas a receber	2	90.351	90.351	81.352	81.352	129.430	129.430	120.432	120.432
Dividendos a receber	2	-	-	3.632	3.632	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	-	5.677	5.677	5.605	5.605
		90.351	90.351	84.984	84.984	135.107	135.107	126.037	126.037
Valor justo por meio do resultado:									
Aplicações Financeiras	2	185.871	185.871	105.912	105.912	337.326	337.326	260.385	260.385
Outras aplicações financeiras	2	-	-	159.067	159.067	-	-	159.067	159.067
		185.871	185.871	264.979	264.979	337.326	337.326	419.452	419.452
Passivo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Empréstimos e financiamentos	2	60.172	60.595	60.143	60.603	80.920	81.344	77.925	78.386
Debêntures	2	298.850	284.883	299.985	302.757	355.048	342.717	358.471	364.588
Fornecedores	2	53.479	53.479	50.407	50.407	76.595	76.595	75.855	75.855
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	18	18	3.665	3.665	18	18	3.665	3.665
Obrigações com poder concedente	2	981.185	1.151.407	949.640	1.178.446	1.115.711	1.298.668	1.075.986	1.332.112
Precatórios a pagar*	2	-	-	-	-	4.542	4.542	4.484	4.484
		1.393.704	1.550.382	1.363.840	1.595.878	1.632.834	1.803.884	1.596.386	1.859.090

* Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

Notas Explicativas

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b) Risco de mercado

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) Risco cambial e análise de sensibilidade

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o período findo em 30 de junho de 2020 com valorização do dólar e do euro em relação ao real de 35,9% e 35,8%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2019.

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Em 30 de junho de 2020, assim como em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam contrato de derivativo vigente. Suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 30 de junho de 2020. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	6,15	19.044	-	4.761	9.522	(4.761)	(9.522)
Dívida líquida			19.044	-	4.761	9.522	(4.761)	(9.522)

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos 12 meses. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	2,15%	185.871	3.996	4.995	5.994	2.997	1.998
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	2,15%	60.095	1.292	1.615	1.938	969	646
Debêntures	CDI	2,15%	298.850	6.425	8.032	9.638	4.819	3.213
Obrigações com poder concedente	IGP-M	7,31%	973.386	71.155	88.943	106.732	53.366	35.577
Obrigações com poder concedente	INPC	2,35%	5.913	139	174	208	104	69
Dívida líquida			1.152.373	75.015	93.769	112.522	56.261	37.507

Notas Explicativas

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	2,15%	337.326	7.253	9.066	10.879	5.439	3.626
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	2,15%	60.095	1.292	1.615	1.938	969	646
Debêntures	CDI	2,15%	298.850	6.425	8.032	9.638	4.819	3.213
Debêntures	IPCA	2,13%	56.198	1.197	1.496	1.796	898	599
Obrigações com poder concedente	IGP-M	7,31%	1.107.912	80.988	101.236	121.483	60.741	40.494
Obrigações com poder concedente	INPC	2,35%	5.913	139	174	208	104	69
Dívida líquida			1.191.642	82.788	103.487	124.184	62.092	41.395

c) Risco de crédito

A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 30 de junho de 2020, era de R\$15.453, representando 10,67% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2019, essa provisão era de R\$14.334, equivalente a 10,64%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	190.543	108.462	351.962	266.376
Outras aplicações financeiras	-	159.067	-	159.067
Contas a receber	90.351	81.352	129.430	120.432
Dividendos a receber	-	3.632	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.677	5.605
Total	280.894	352.513	487.069	551.480

d) Risco de liquidez

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Notas Explicativas

	Controladora					
	Saldo contábil 30.06.2020	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	60.172	64.719	23.037	41.682	-	-
Debêntures	298.850	366.392	9.719	89.916	159.640	107.117
Fornecedores	53.479	53.479	38.458	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18	18	18	-	-	-
Obrigações com poder concedente	981.185	1.699.084	119.501	162.339	162.339	1.254.905
Total	1.393.704	2.183.692	190.733	308.958	321.979	1.362.022

	Consolidado					
	Saldo contábil 30.06.2020	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	80.920	85.983	28.897	52.493	4.593	-
Debêntures	355.048	454.441	17.255	105.071	174.961	157.154
Fornecedores	76.595	76.595	61.574	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18	18	18	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.115.711	1.880.476	132.222	187.779	187.779	1.372.696
Precatórios a pagar	4.542	4.542	-	4.542	-	-
Total	1.632.834	2.502.055	239.966	364.906	367.333	1.529.850

e) Gestão de capital

No período findo em 30 de junho de 2020, foi mantida, pela Companhia e por suas controladas, a mesma política descrita nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

A dívida em relação ao capital no período findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Total dos passivos circulante e não circulante	1.590.426	1.532.567	1.929.816	1.843.738
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(190.543)	(267.529)	(351.962)	(425.443)
Dívida líquida	1.399.883	1.265.038	1.577.854	1.418.295
Total do patrimônio líquido	1.324.975	1.352.384	1.324.975	1.352.384
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	1,05654	0,93541	1,19086	1,04874

Notas Explicativas

28. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
(Aumento) do intangível das obrigações com poder concedente	(34.446)	(38.694)	(46.262)	(48.312)
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	(320)	-	(18.409)	(28.412)
Transações das atividades de investimentos	(34.766)	(38.694)	(64.671)	(76.724)

29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2020, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2020
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2020
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
<u>Santos Brasil Logística</u>			
SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Dezembro/2020
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Dezembro/2020
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Tecon Vila do Conde</u>			
SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro da frota de veículos (passeio):			
Casco	100% tabela FIPE	R\$	Outubro/2020
APPS	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			
Danos materiais a terceiros	500	R\$	Outubro/2020
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Terminal de Veículos/TEV</u>			
SOP:			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Julho/2021
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2021
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	4.392	R\$	Abril/2021

30. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 30 de junho de 2020, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$17.759 (R\$2.084 em 31 de dezembro de 2019), as quais não estavam contabilizadas nestas informações trimestrais.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

No período findo em 30 de junho de 2020, não ocorreram alterações conceituais nas definições dos segmentos operacionais e das demonstrações do resultado e do capital empregado, permanecendo as descritas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Notas ExplicativasDemonstração consolidada do resultado por segmento operacional - janeiro a junho de 2020

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	369.281	136.840	23.247	-	(5.434)	523.934
Deduções da receita	(46.965)	(25.232)	(3.573)	-	502	(75.268)
Receita operacional líquida	322.316	111.608	19.674	-	(4.932)	448.666
Custo dos serviços prestados	(257.856)	(80.272)	(15.595)	-	4.932	(348.791)
Custos variáveis / fixos	(204.398)	(72.114)	(7.584)	-	4.932	(279.164)
Depreciação / amortização	(53.458)	(8.158)	(8.011)	-	-	(69.627)
Lucro bruto	64.460	31.336	4.079	-	-	99.875
Despesas operacionais	(30.797)	(34.770)	(1.758)	(23.372)	-	(90.697)
Despesas com vendas	(21.330)	(31.780)	(1.375)	-	-	(54.485)
Despesas gerais e administrativas	(17.430)	(3.873)	(386)	(22.712)	-	(44.401)
Depreciação / amortização	(115)	(39)	-	(1.791)	-	(1.945)
Outras	8.078	922	3	1.131	-	10.134
EBIT	33.663	(3.434)	2.321	(23.372)	-	9.178
Depreciação / amortização	53.573	8.197	8.011	1.791	-	71.572
EBITDA (LAJIDA)	87.236	4.763	10.332	(21.581)	-	80.750
Resultado financeiro	-	-	-	(40.351)	-	(40.351)
Equivalência patrimonial	-	-	-	3.055	(3.055)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	8.560	-	8.560
Prejuízo líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(22.613)

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - janeiro a junho de 2019

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	400.435	140.661	34.997	-	(5.150)	570.943
Deduções da receita	(47.777)	(25.840)	(5.665)	-	476	(78.806)
Receita operacional líquida	352.658	114.821	29.332	-	(4.674)	492.137
Custo dos serviços prestados	(278.913)	(79.430)	(18.631)	-	4.674	(372.300)
Custos variáveis / fixos	(231.484)	(71.117)	(10.976)	-	4.674	(308.903)
Depreciação / amortização	(47.429)	(8.313)	(7.655)	-	-	(63.397)
Lucro bruto	73.745	35.391	10.701	-	-	119.837
Despesas operacionais	(38.595)	(33.134)	(1.740)	(20.094)	-	(93.563)
Despesas com vendas	(21.146)	(30.087)	(1.415)	-	-	(52.648)
Despesas gerais e administrativas	(21.024)	(3.766)	(340)	(19.567)	-	(44.697)
Depreciação / amortização	(61)	(36)	-	(1.792)	-	(1.889)
Outras	3.636	755	15	1.265	-	5.671
EBIT	35.150	2.257	8.961	(20.094)	-	26.274
Depreciação / amortização	47.490	8.349	7.655	1.792	-	65.286
EBITDA (LAJIDA)	82.640	10.606	16.616	(18.302)	-	91.560
Resultado financeiro	-	-	-	(27.921)	-	(27.921)
Equivalência patrimonial	-	-	-	17.234	(17.234)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	(1.063)	-	(1.063)
Prejuízo líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.710)

Em 30 de junho de 2020, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$53.683 (R\$67.258 em 30 de junho de 2019), equivalentes a 14,5% do total da receita bruta consolidada.

Notas Explicativas**Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
30 de junho de 2020**

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	141.494	29.145	7.533	361.740	(3.111)	536.801
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	351.962	-	351.962
Outros	141.494	29.145	7.533	9.778	(3.111)	184.839
Ativo não circulante	2.093.097	173.407	233.529	608.705	(390.748)	2.717.990
Outros	285.790	6.675	27	103.496	-	395.988
Investimento	-	-	-	390.748	(390.748)	-
Imobilizado	65.420	126.792	713	34.233	-	227.158
Intangível	1.741.887	39.940	232.789	80.228	-	2.094.844
Passivo circulante	(98.487)	(33.899)	(2.865)	(5.441)	3.110	(137.582)
Fornecedores	(43.905)	(17.399)	(2.055)	(166)	1.951	(61.574)
Outros	(54.582)	(16.500)	(810)	(5.275)	1.159	(76.008)
Passivo não circulante	(103.979)	(7.240)	(116)	(13.014)	-	(124.349)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(32.997)	(7.240)	(116)	(112)	-	(40.465)
Outros	(55.961)	-	-	(12.902)	-	(68.863)
Total	2.032.125	161.413	238.081	951.990	(390.749)	2.992.860
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	123.114
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	33.983
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	18
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	80.338
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	8.775
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.544.771
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	401.985
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	1.035.373
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	35.921
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	71.492
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.324.975
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.349.298
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(24.323)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.992.860

Notas Explicativas**Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2019**

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	134.040	22.959	9.505	433.824	(2.293)	598.035
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	266.376	-	266.376
Outras aplicações financeiras	-	-	-	159.067	-	159.067
Outros	134.040	22.959	9.505	8.381	(2.293)	172.592
Ativo não circulante	1.995.386	163.644	230.363	607.154	(398.460)	2.598.087
Outros	277.126	7.243	26	92.471	-	376.866
Investimento	-	-	-	398.460	(398.460)	-
Imobilizado	68.589	116.453	762	34.251	-	220.055
Intangível	1.649.671	39.948	229.575	81.972	-	2.001.166
Passivo circulante	(76.511)	(28.225)	(3.096)	(3.463)	2.293	(109.002)
Fornecedores	(40.683)	(19.221)	(2.113)	(75)	1.258	(60.834)
Outros	(35.828)	(9.004)	(983)	(3.388)	1.035	(48.168)
Passivo não circulante	(98.404)	(7.456)	(114)	(14.217)	-	(120.191)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(29.811)	(7.456)	(114)	(112)	-	(37.493)
Outros	(53.572)	-	-	(14.105)	-	(67.677)
Total	1.954.511	150.922	236.658	1.023.298	(398.460)	2.966.929
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	126.710
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	54.076
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	3.665
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	60.139
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	8.830
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.487.835
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	382.320
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	1.015.847
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	22.075
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	67.593
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.352.384
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.376.707
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(24.323)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.966.929

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes (Independente)
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo (Independente)
Luiz Sergio Fisher de Castro (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Felipe Villela Dias (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luis Fernando Moran de Oliveira

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Projeções empresariais 2020

No ano de 2020, o mercado de terminais de contêineres no Brasil deverá sofrer impactos decorrentes da pandemia do novo coronavírus – COVID-19 – no mundo. O volume movimentado de contêineres nos portos de atuação da Companhia enfrentará cenário operacional, econômico e concorrencial desafiador. Além do mais, o ritmo incerto da recuperação da atividade portuária após o fim da crise torna ainda mais complexa a realização de projeções em relação ao fluxo de contêineres, tanto de longo curso quanto de cabotagem, o que leva a Companhia a não fornecer guidance para 2020.

Aviso Legal

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Santos Brasil.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Novo Mercado) apresentamos as seguintes informações (informações não revisadas pelos Auditores Independentes):

1) Demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% de ações de cada espécie e classe do capital, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2020:

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Denominação: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.			(Em unidade Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%
THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT	198.897.030	29,70	198.897.030	29,70
PW237 PARTICIPAÇÕES S.A.	149.382.595	22,30	149.382.595	22,30
DYNAMO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA	34.243.900	5,11	34.243.900	5,11
RICHARD KLIEN	32.526.674	4,86	32.526.674	4,86
RK EXCLUSIVO FIA	8.604.625	1,28	8.604.625	1,28
Ações em tesouraria	1.876.270	0,28	1.876.270	0,28
Outros	244.267.284	36,47	244.267.284	36,47
Total	669.798.378	100,00	669.798.378	100,00

2) Valores mobiliários detidos por Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia, em 30 de junho de 2020:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controladores	-	-	-	-
Administradores				
Conselho de Administração	305.924	0,05	305.924	0,05
Diretoria	2.501.728	0,37	2.501.728	0,37
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	1.876.270	0,28	1.876.270	0,28
Outros Acionistas	665.114.456	99,30	665.114.456	99,30
Total	669.798.378	100,00	669.798.378	100,00
Ações em Circulação	665.114.456	99,30	665.114.456	99,30

3) Informamos que, em 30 de junho de 2020, o número de ações em circulação era de 665.114,456, ou seja, 99,30% do capital total, que é composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Acionistas
Santos Brasil Participações S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A. examinou as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 e a minuta do "Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais", emitido pela KPMG Auditores Independentes apresentado em 05 de agosto de 2020 e, caso não haja nenhuma alteração futura na minuta apresentada, se manifesta na forma do Ofício Circular CVM/SEP/CVM nº 02/2020, item 3.3.4, que as informações trimestrais referidas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à sua elaboração, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

Gilberto Braga
Presidente do Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto
Membro do Conselho Fiscal

Luis Fernando Moran de Oliveira
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, no 387, 2o andar, parte, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, no 387, 2o andar, parte, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores